

**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás



**AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL - IFG**
Relatório 2016

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2016

GOIÂNIA-GO
Março/2017

Presidente da República Federativa do Brasil
Michel Miguel Elias Temer Lulia
Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Jerônimo Rodrigues da Silva

Comissão Própria de Avaliação nomeada pela Portaria IFG nº 2235/2014

MEMBROS TITULARES

Eliézer Alves Teixeira – Docente (*Campus Jataí*) - Presidente

Alan de Freitas Oliveira – Docente (*Campus Anápolis*)

Ana Paula Araújo Martins – Técnico-Administrativo (*Campus Itumbiara*) – Secretária Administrativa

Flávia Oliveira Cabral – Discente (*Campus Goiânia Oeste*)

Higor Henrique Garcia Marques – Discente (*Campus Itumbiara*)

Antoniél Aniceto de Oliveira – Sociedade Civil Organizada (IFGoiano)

Regina Beatriz Bevilácqua Vieira – Sociedade Civil Organizada (UFG)

MEMBROS SUPLENTES

Luiz Fernando Batista Loja – Docente (*Campus Luziânia*)

João Baptista Chieppe Júnior – Docente (*Campus Inhumas*)

Íthalo Fabrício Gonçalves Soares de Oliveira – Discente (*Campus Luziânia*)

Thiago Diniz dos Santos – Sociedade Civil Organizada (IFGoiano)

Maria Helena Jayme Borges – Sociedade Civil Organizada (UFG)

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Maria Emília Perez de Oliveira Marinho – Secretária das Comissões

Lorena Abdala de Faria – Secretária das Comissões

SUBCOMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO DOS CAMPI

CAMPUS ÁGUAS LINDAS			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2298985	Patrícia Silva Nunes	Docente	Titular- Coordenador
2296257	Mariana Magalhães Nóbrega	Docente	Suplente
2279138	Adriano Vinicio da Silva do Carmo	Técnico- Administrativo	Titular
2321665	Rodrigo Marciel Soares Dutra	Técnico- Administrativo	Suplente

CAMPUS ANÁPOLIS			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2218555	Julio César Saavedra Vásquez	Docente	Titular- Coordenador
1977063	Marcelo Ferreira Milhomens	Docente	Suplente
2043142	Tatiana Cristina Ribeiro	Técnico- Administrativo	Titular
1829435	Juliana Cecília Padilha de Resende	Técnico- Administrativo	Suplente
20151060090049	Osias Resplande Chaves	Discente	Titular

CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2005536	Ricardo Fernandes de Andrade	Docente	Titular- Coordenador
2289781	Luciana Gomes Ribeiro	Docente	Suplente
301646	Sandra Maria Silveira Avanco Ferraz de Lima	Técnico- Administrativo	Titular
1565389	Thalita Franco dos Santos Dutra	Técnico- Administrativo	Suplente
20161090080308	Paulo Roberto Leopoldo de Macedo	Discente	Titular
20151090050304	Welerson Alves da Silva	Discente	Suplente

CAMPUS FORMOSA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1788910	Luis Claudio Rocha Henriques de Moura	Docente	Titular-Coordenador
2912440	Viviane Bueno Guimaraes	Técnico-Administrativo	Titular
2187649	Alexandre Borges Fernandes Camozzi	Técnico-Administrativo	Suplente
20121070010020	Luely Suzel Lima Oliveira	Discente	Titular

CAMPUS GOIÂNIA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1515969	Alex Diniz Lopes	Docente	Titular-Coordenador
271303	Iran Martins do Carmo	Docente	Suplente
270895	Martha Araujo Batista Prado	Técnico-Administrativo	Titular
271052	Marilene dos Santos	Técnico-Administrativo	Suplente
20112010700436	Lucas Rodrigues de Paula	Discente	Titular
20151010700234	Ingrid Isabela Ferreira de Oliveira	Discente	Suplente

CAMPUS GOIÂNIA OESTE			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1799789	Doriam Erich de Castro	Docente	Titular-Coordenador
1288789	Mary Lopes Reis	Docente	Suplente
1770366	Igor Luis Ribeiro Teodorico	Técnico-Administrativo	Titular
1858029	Patricia Sampaio	Técnico-Administrativo	Suplente
20161130010291	Rubens Silveira do Nascimento	Discente	Titular
20152130010020	Aline Ohana de Oliveira	Discente	Suplente

CAMPUS CIDADE DE GOIÁS			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2169648	Erica de Almeida Bastos Zanon	Docente	Titular- Coordenador
2103319	Michelly Christine dos Santos	Docente	Suplente
2027847	Brena Aquino Rodrigues de Oliveira	Técnico- Administrativo	Titular
2330710	Helena Silva Guerra	Técnico- Administrativo	Suplente
20161100080038	Igor Felipe Assis	Discente	Titular
20151100070108	Morgana Sousa Assunção	Discente	Suplente

CAMPUS INHUMAS			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1948627	Sélvia Carneiro de Lima	Docente	Titular- Coordenador
1789339	Maria Angelica Peixoto	Docente	Suplente
1803776	Samuel Machado Moreira	Técnico- Administrativo	Titular
1942398	Gabriel Jose Vital dos Reis	Técnico- Administrativo	Suplente
20141030020134	Geovana Inácio Gonçalves	Discente	Titular
20141030020126	Laressa Nogueira de Resende	Discente	Suplente

CAMPUS ITUMBIARA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1119604	Mateus Almeida de Freitas	Docente	Titular- Coordenador
3865245	Giselle Carvalho Bernardes	Docente	Suplente
1938783	Renistenes Eunice Costa Campelo	Técnico- Administrativo	Titular
1771997	Ana Carolina de Lima Pereira	Técnico- Administrativo	Suplente
20131040070064	Hérica Caroline Campos Cardoso	Discente	Titular
20141040070142	Letícia Abdias Felipe	Discente	Suplente

CAMPUS JATAÍ			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1591706	Patricia Tinoco Santos	Docente	Titular- Coordenador
1939618	Valeria Silva Marques	Técnico- Administrativo	Titular
1942552	Ernane Mendes Souza Freitas	Técnico- Administrativo	Suplente
20112020040196	Junio Silas Batista Pessoa	Discente	Titular
20141020040191	Andressa de Melo Rodrigues	Discente	Suplente

CAMPUS LUZIÂNIA			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2928677	Ernane Rosa Martins	Docente	Titular- Coordenador
1969423	Thiago Peixoto dos Reis	Docente	Suplente
2167129	Rafael Henrique de Sousa Meireles	Técnico- Administrativo	Titular
1154713	Bruno Reni Lins	Técnico- Administrativo	Suplente
20141080080246	Erika Alves Sardinha	Discente	Titular
20102080010252	Ricardo da Costa Silva Camilo Alves	Discente	Suplente

CAMPUS SENADOR CANEDO			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
1498416	Jane Faquinelli	Docente	Titular- Coordenador
2955463	Aline Rezende Belo Alves	Docente	Suplente
2305533	Jamille de Amorim Oliveira	Técnico- Administrativo	Titular
2171201	Cristiane Francisca de Assis Gontijo	Técnico- Administrativo	Suplente

CAMPUS URUAÇU			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2154898	Guilherme Ferreira Santos	Docente	Titular- Coordenador
1797305	Onofre Vargas Junior	Docente	Suplente
2321432	Gilmara Barbosa de Jesus	Técnico- Administrativo	Titular
2051301	Nicolli Godoi Pereira	Técnico- Administrativo	Suplente
20121050070162	Luana Moreira dos Santos	Discente	Titular
20131050070067	Émerson Clemente Araújo	Discente	Suplente

CAMPUS VALPARAÍSO			
MATRÍCULA	NOME	SEGMENTO	MEMBRO
2315939	Wanessa Ferreira de Sousa	Docente	Titular- Coordenador
2328721	Jean Carlo de Sousa e Silva	Docente	Suplente
2179492	Tatiane Soares Martins	Técnico- Administrativo	Titular
2320309	Marcia Rosa de Melo	Técnico- Administrativo	Suplente
20161150040056	Gabriela de Carvalho Jasmilino	Discente	Titular
20171150040053	Kleitton Martins Pereira	Discente	Suplente

PORTARIAS DE NOMEAÇÃO DAS SUBCOMISSÕES LOCAIS

<i>SUBCOMISSÃO LOCAL CAMPUS</i>	PORTARIA	DATA
Águas Lindas	Nº 574	28/03/2017
Anápolis	Nº 307	24/02/2016
Aparecida de Goiânia	Nº 584	29/03/2017
Cidade de Goiás	Nº 596	29/03/2017
Formosa	Nº 308	24/02/2016
Goiânia	Nº 309	24/02/2016
Goiânia Oeste	Nº 525	22/03/2017
Inhumas	Nº 1879	23/08/2016
Itumbiara	Nº 310	24/02/2016
Jataí	Nº 311	24/02/2016
Luziânia	Nº 312	24/02/2016
Senador Canedo	Nº 571	28/03/2017
Uruaçu	Nº 2335	13/10/2016
Valparaíso	Nº 585	29/03/2017

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- APL – Arranjos Produtivos Locais
- AUDIN – Auditoria e Interna
- CAFe – Comunidade Acadêmica Federada
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPII – Comissão de Assessoramento em Propriedade Intelectual e Inovação
- CAPT – Coordenação de Ações Profissionais e Tecnológicas
- CAS – Coordenação de Assistência ao Servidor
- CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
- CGU – Controladoria Geral da União
- CIS – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos
- CITE – Centro de Inovação Tecnológica
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CONSUP – Conselho Superior
- CPA – Comissão Própria de Avaliação
- CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
- DE – Dedicção Exclusiva
- DINTER – Doutorado Interinstitucional
- EaD – Ensino a Distância
- EDUCACENSO – Censo da Educação Básica
- EEB – Empréstimo entre Bibliotecas
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- ENADE – Exame Nacional de Estudantes
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- ETFG – Escola Técnica Federal de Goiás
- ETFs – Escolas Técnicas Federais
- ETs – Escolas Técnicas
- FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

FIC – Formação Inicial e Continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GIPLE – Grupo Interdisciplinar de Letramentos

GIZ GmbH – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

ICPEdu – Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituições de Educação Superior

IFES – Instituições Federais de Educação Superior

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

IFGoiano – Instituto Federal Goiano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IPP - Instituto Politécnico do Porto

JIF – Jogos dos Institutos Federais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOA – Lei Orçamentária Anual

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MINTER – Mestrado Interinstitucional

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica

NOVA – Northern Virginia Community College

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PES – Programa Esplanada Sustentável

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação de Docência

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIPECT – Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores

PIQS – Programa Institucional de Bolsa de Qualificação de Servidores

PIVIC – Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPI – Projeto Pedagógico da Instituição

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

ProAPP – Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pro-Reitoria de Ensino

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PUC-Goiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Rede CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SECITEC – Semana de Educação, Ciência e Tecnologia

SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Anápolis

SENITIF – Seminário Nacional de Inovação Tecnológica nos Institutos Federais de Educação

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIB – Sistema Integrado de Bibliotecas

SIC – Serviço de informação ao Cidadão

SIGA-EPT – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica

SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas

SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação

SIMPEEX – Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFG – Universidade Federal de Goiás

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	16
1.2	HISTÓRICO	16
1.3	CURSOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO	19
1.4	A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFG	22
2	METODOLOGIA.....	27
2.1	INSTRUMENTOS UTILIZADOS	28
2.1.1	<i>Questionários de Autoavaliação</i>	28
3	RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO.....	39
3.1	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	43
3.1.1	<i>Resultados da Autoavaliação 2016 Referentes à Dimensão 8.....</i>	44
3.2	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	50
3.2.1	<i>Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.....</i>	51
3.2.2	<i>Dimensão 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO</i>	57
3.2.3	<i>Resultados da Autoavaliação 2016 Referentes à Dimensão 1.....</i>	58
3.3	Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	58
3.3.1	<i>Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão</i>	59
3.3.2	<i>Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.....</i>	71
3.4	Eixo 4: Políticas de Gestão	75
3.4.1	<i>Dimensão 5: Política de Pessoal</i>	75
3.5	Eixo 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	78
3.5.1	<i>Dimensão 7: Infraestrutura Física.....</i>	78
3.6	DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO.....	80
3.6.1	<i>Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....</i>	80
3.6.2	<i>Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....</i>	81
3.6.3	<i>Eixo 3: Políticas Acadêmicas</i>	82
3.6.4	<i>Eixo 4: Políticas de Gestão</i>	85
3.6.5	<i>Eixo 5: Infraestrutura Física</i>	86
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	92

1 INTRODUÇÃO

Este Relatório apresenta a Autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) referente ao ano de 2016 e, embora seja mais abrangente do que o Relatório anterior (2015), é apresentado em sua versão parcial, atendendo a recomendação da NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065. A versão é parcial, pois aborda o **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional** com a Dimensão 8: Planejamento e Avaliação; o **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional** com a Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição; o **Eixo 3: Políticas Acadêmicas** com a Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade e a Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes; a Dimensão 5: Políticas de Pessoal do **Eixo 4: Políticas de Gestão**; o - **Eixo 5: Infraestrutura Física** que representa a Dimensão 7: Infraestrutura Física.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Em seu art. 11, esta Lei estabelece que “*Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes: I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos; II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.*”

A autoavaliação é um dever imposto às Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Neste sentido, a Reitoria do IFG realizou eleições no ano de 2014 para formar a atual Comissão Própria de Avaliação (CPA), que foi nomeada pela Portaria Nº 2235, de 1º de dezembro de 2014, substituindo assim a comissão anterior, que foi reconstruída em caráter provisório por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012. A eleição e a formação da atual CPA teve como finalidade a conclusão do trabalho de atualização dos Relatórios referentes aos anos de 2013 e 2014, iniciados pela CPA anterior, e a realização da autoavaliação institucional referente aos anos de 2015 e 2016.

A atual CPA tomou posse em 1º de dezembro de 2014 para exercer o seu mandato no biênio 2015-2016, porém, em função da ocupação da instituição por parte de estudantes do

ensino médio, que teve impacto no ensino superior, somada a greve ocorrida no segundo semestre de 2016, a CPA teve o seu mandato prorrogado até que sejam realizadas novas eleições para renovação dos membros desta Comissão. Portanto, ficou a cargo desta Comissão a elaboração e entrega do Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao ano de 2016. Neste sentido, a CPA procurou envolver os diferentes segmentos que constituem a Instituição, ação que envolveu discentes, docentes, técnicos e diversos setores administrativos e pedagógicos, de forma que cada integrante da comunidade acadêmica do IFG se sentisse responsável e coparticipante do processo de autoavaliação institucional.

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Sigla: IFG

Código da IES/e-MEC: 1811

CNPJ: 10.870.883/0001-44

Natureza jurídica: Autarquia Federal

Caracterização da IES: Instituição Pública Federal de Ensino

Estado: Goiás

Endereço da Reitoria: Av. Assis Chateaubriand nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia-GO

Campi: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

1.2 HISTÓRICO

A história de implantação e de desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia tem início com a construção, no Brasil, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O embrião da Rede Federal foi a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.

As mudanças que ocorreram nos projetos que visavam a construir tal rede – que vinha se desenvolvendo processualmente ao longo da História – tiveram como marcas o ano de 1941, com a transformação das Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais, e no mesmo ano, em Escolas Industriais, em alguns Estados, e em Escolas Técnicas noutros, como foi o caso de Goiás.

Em 1968, noutro movimento desse processo, essas instituições assumiram a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETFs). Entre 1978 e 2001, as Escolas Técnicas Federais passaram, individualmente, em sua maioria, pela transformação que deu origem aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse mesmo período, também foram transformadas em CEFETs algumas Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) em vários Estados. As EAFs, assim como os CEFETs, faziam parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (MEC).

As atividades da atual Instituição tiveram início na antiga capital de Goiás, Vila Boa, hoje cidade de Goiás. Com sua transferência para Goiânia, passou a funcionar, a partir de 1942, com a denominação de Escola Técnica de Goiânia, oferecendo cursos na área industrial, os quais ainda não tinham equivalência com o ensino secundário regular.

Em fevereiro de 1959, a Escola foi transformada em autarquia federal, com autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Em agosto de 1965, passou a se denominar Escola Técnica Federal de Goiás, atuando basicamente na oferta de cursos técnicos na área industrial, integrado ao ensino de 2º grau. Por Decreto sem número, de 22 de março de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 23 de março de 1999, a então Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO).

Em 2008, os CEFETs (com exceção do CEFET-MG e CEFET-RJ) e as EAFs foram transformados em Institutos Federais, com fundamento na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). De acordo com a lei mencionada, também compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, além das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. A Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, incluiu o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, na mencionada Rede Federal de Ensino, tendo em vista que esse colégio já fazia parte da mesma rede que abrigava os CEFETs e EAFs.

Ao longo de mais de cem anos de existência, essas instituições passaram por diversas terminologias de identificação e vários perfis de atuação, sempre voltadas para o desenvolvimento da Educação Profissional nos Estados e no País. E neste momento, quando o número de unidades de ensino dessa Rede Federal salta de 140, até o ano de 2005, para 354 unidades num prazo de cinco anos, é natural que essa Rede de Ensino passe por um processo de reorganização e avaliação criteriosa do seu papel social.

A nova identidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás apontou para a consolidação de seu trabalho como instituição de ensino básico, superior e de pós-graduação, com instrumentos legais e acadêmicos pensados nas três áreas de abrangência (ensino, pesquisa e extensão) que viabilizem a sua atuação, ao tempo em que se estabeleceu como sua a responsabilidade social pela oferta de cursos técnicos, tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, preferencialmente com a formação integrada à educação geral.

Paralelamente a todas essas transformações, o Instituto Federal de Goiás tem buscado criar instrumentos, instâncias e programas que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social e regional. Nesse sentido, teve início em 2009 a reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais e educativas. Para isso, criou-se o Estatuto do IFG.

Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituíram-se e consolidaram-se os Programas de Iniciação Científica, com o objetivo de incentivar e viabilizar a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu-se e se buscou a consolidação de uma política de formação continuada, por meio de programas de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

Com a transformação dos CEFETs em Institutos Federais, Goiás passou a contar com dois Institutos, sendo o primeiro constituído a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, inicialmente com os *Campi* de Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara, Anápolis e Luziânia e a Reitoria instalada em Goiânia, e o segundo, o Instituto Federal Goiano, formado pela fusão dos CEFETs de Rio Verde e de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres, com Reitoria também localizada em Goiânia.

Atualmente, o Instituto Federal de Goiás possui dez *Campi* em funcionamento (Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia e Uruaçu) e cinco em implantação (Águas Lindas de Goiás, Goiânia Oeste, Novo Gama, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás).

O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais, na forma da Lei 11.892/2008. O IFG é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, atuando também na formação de professores.

A Instituição tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada, visando à integração e a verticalização

da educação básica à educação profissional e superior, por meio da melhoria da infraestrutura física, do quadro de pessoal docente e técnico-administrativo e dos recursos de gestão.

O IFG orienta a sua atuação visando à consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais, educativos e culturais locais e regionais, qualificando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, por meio do oferecimento da capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes municipais e estaduais de ensino.

A Instituição oferece desde a educação básica à pós-graduação *lato e stricto sensu*, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio. Na educação superior, prevalecem os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua de forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Na Educação a Distância, oferece cursos técnicos de nível médio e técnicos subsequentes. Atualmente, oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e participa de programas governamentais como Mulheres Mil e Profucionário.

1.3 CURSOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO

Atualmente, o IFG oferece os seguintes cursos:

1.3.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO

Tecnologia

Campus Anápolis

- *Superior de Tecnologia em Logística*

Campus Formosa

- *Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas*

Campus Jataí

- *Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas*

Campus Uruaçu

- *Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas*

Licenciatura

Campus Anápolis

- *Licenciatura em Ciências Sociais*
- *Licenciatura em Química*

Campus Aparecida de Goiânia

- *Licenciatura em Dança*
- *Licenciatura em Pedagogia Bilíngue*

Campus Cidade de Goiás

- *Licenciatura em Artes Visuais*

Campus Formosa

- *Licenciatura em Ciências Biológicas*
- *Licenciatura em Ciências Sociais*

Campus Goiânia

- *Licenciatura em Física*
- *Licenciatura em História*
- *Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa*
- *Licenciatura em Matemática*
- *Licenciatura em Música*

Campus Goiânia Oeste

- *Licenciatura em Pedagogia*

Campus Inhumas

- *Licenciatura em Química*

Campus Itumbiara

- *Licenciatura em Química*

Campus Jataí

- *Licenciatura em Física*

Campus Luziânia

- *Licenciatura em Química*

Campus Uruaçu

- *Licenciatura em Química*

Campus Valparaíso

- *Licenciatura em Matemática*

Bacharelado

Campus Anápolis

- *Bacharelado em Ciência da Computação*
- *Bacharelado em Engenharia Civil da Mobilidade*

Campus Aparecida de Goiânia

- *Bacharelado em Engenharia Civil*
- *Campus Cidade de Goiás*
- *Bacharelado em Cinema e Audiovisual*

Campus Formosa

- *Bacharelado em Engenharia Civil*

Campus Goiânia

- *Bacharelado em Engenharia Ambiental e Sanitária*
- *Bacharelado em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura*
- *Bacharelado em Engenharia Civil*
- *Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação*
- *Bacharelado em Engenharia de Transportes*
- *Bacharelado em Engenharia Elétrica*
- *Bacharelado em Engenharia Mecânica*
- *Bacharelado em Química*
- *Bacharelado em Sistemas de Informação*
- *Bacharelado em Turismo*

Campus Inhumas

- *Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos*
- *Bacharelado em Sistemas de Informação*

Campus Itumbiara

- *Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação*
- *Bacharelado em Engenharia Elétrica*

Campus Jataí

- *Bacharelado em Engenharia Civil*
- *Bacharelado em Engenharia Elétrica*

Campus Luziânia

- *Bacharelado em Sistemas de Informação*

Campus Uruaçu

- *Bacharelado em Engenharia Civil*

1.3.2 CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Lato Sensu - Especialização

Campus Goiânia

- Especialização em Matemática
- Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica
- Especialização em Telecomunicações: Prédios Inteligentes

Campus Jataí

- Especialização em Ensino de Ciências e Matemática

Stricto Sensu - Mestrado Profissional

Campus Goiânia

- Mestrado Profissional em Tecnologia de Processos Sustentáveis

Campus Jataí

- Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática

1.4 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO IFG

A Comissão Própria de Avaliação do IFG nomeada Portaria N° 2235, de 1° de dezembro de 2014, com mandato prorrogado pela Portaria N° 2683, de 16 de dezembro de 2016, até a conclusão do Processo de Consulta à comunidade visando à nova composição, tem a finalidade de avaliar a Instituição tendo em vista as dez dimensões estabelecidas na lei de criação do SINAES e promover a cultura da avaliação institucional.

Em observância aos dispositivos da Lei n° 10.861/2004, a Reitoria do IFG instituiu a CPA/IFG por meio de processo eleitoral contemplando representantes dos segmentos técnico-administrativo, docente, discente e oriundos de toda a comunidade acadêmica. Os membros da sociedade civil organizada são servidores da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Instituto Federal Goiano (IFGoiano).

A partir da instalação da CPA/IFG, as atividades foram planejadas para o desenvolvimento do trabalho de autoavaliação referente aos anos de 2015 e 2016, respectivamente. Para isso, foi criado um plano de trabalho considerando os seguintes aspectos:

- Capacitação dos membros e entrega de documentos legais e de materiais da Diretoria Executiva, da Procuradoria Educacional Institucional (PEI) e da Assessoria de Relações Institucionais para a CPA;
- Instalação da CPA na sala de Comissões, localizada no Anexo à Reitoria;
- Informes, discussão e apreciação dos documentos institucionais e Relatórios elaborados pela CPA anterior;
- Contato com o Colégio de Dirigentes para realização de reunião com a comunidade acadêmica, com o objetivo de sensibilizar a comunidade e selecionar os membros para compor as Subcomissões Locais da CPA;
- Início da sensibilização e capacitação da comunidade acadêmica e seleção dos membros das subcomissões locais em cada *campus*;
- Contato com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para informatização do questionário de autoavaliação institucional.
- Elaboração e aplicação dos questionários eletrônicos de autoavaliação por meio de *link* disponibilizado na página da CPA.
- Elaboração, por parte das Subcomissões de Avaliação, dos relatórios de cada *Campus*.
- Análise das respostas e elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional referente aos anos de 2015 e 2016, respectivamente.
- Apreciação e revisão dos relatórios de autoavaliação.
- Entrega dos Relatórios de Autoavaliação referentes aos anos de 2015 e 2016, respectivamente, para cadastro no sistema e-MEC pela Procuradoria Educacional Institucional (PEI).

A partir de 2015, a CPA contou com o apoio dos Diretores-Gerais, por meio do Colégio de Dirigentes, para formar as Subcomissões Locais nos *Campi*, para cumprir o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014, alterado pela Resolução CONSUP/IFG de Nº 017, de 15 de outubro de 2015, que estabelece que haverá Subcomissão Local em cada *Campus*, a exceção dos recém implantados. Como resultado desta ação, passando por 2016 e até o primeiro trimestre de 2017 foi possível formar as subcomissões locais em todos os *campi*: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Nessas visitas, a CPA realizou palestras com a comunidade acadêmica

sobre o tema “Autoavaliação Institucional” e repassou informações a respeito dos trabalhos que estavam previstos para serem realizados em 2015 e em 2016. Além disso, nesses encontros os nomes dos integrantes das Subcomissões Locais foram escolhidos em assembleias ou indicados pela Direção-Geral, de modo a contemplar os segmentos técnico-administrativo, docente e discente.

Conforme previsto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, a CPA é de constituição obrigatória em cada Instituição de Ensino Superior (IES) do País, tendo a prerrogativa de avaliar a IES de forma autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Finalizada a avaliação, a CPA apresentará o relatório à PEI, que realizará o cadastro no sistema e-MEC/INEP. Um dos objetivos da autoavaliação é mostrar para a IES como a comunidade percebe sua atuação em relação às dimensões estabelecidas no SINAES, indicando caminhos para que a IES possa rever e aperfeiçoar seus procedimentos internos relacionados às dez dimensões, as quais estão relacionadas a seguir.

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional.

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

IV – a comunicação com a sociedade.

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

IX – políticas de atendimento aos estudantes.

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Em consonância com a Lei Federal nº 10.861/2004, esta autoavaliação procura identificar o perfil e o significado de atuação do IFG, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Seu objetivo fundamental é contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades ministrados pelo IFG, impulsionando as adequações e transformações porventura necessárias, suscitando reflexões e ações que deem sustentabilidade ao exercício de adequação e transformação necessárias à consolidação dessa importante Instituição de ensino, pesquisa e extensão.

Esta autoavaliação não se resume estritamente ao ensino ministrado em sala de aula, isto é, não se reduz a apenas isso, tendo em vista que as dez dimensões englobam também outros temas que concorrem enormemente para uma educação de qualidade, como as políticas para a carreira docente e técnico-administrativa, a infraestrutura física, as políticas de atendimento aos estudantes, o planejamento, a gestão, a sustentabilidade financeira, a comunicação com a sociedade, dentre outros.

Da mesma forma que no ano anterior, em 2016 foi elaborada uma pesquisa conduzida *online* pela CPA no *site* do IFG (ifg.edu.br/cpa), composta de seis questionários destinados a segmentos específicos: técnico-administrativos, docentes, discentes do ensino superior, discentes da pós-graduação e comunidade externa. O período inicial para as respostas foi de 19 de setembro a 21 de novembro de 2016. Porém, como houve greve no segundo semestre de 2016, estes questionários permaneceram disponíveis na Internet até 03 de fevereiro de 2017, pois, diversos *campi* estenderam suas atividades até o início do ano calendário de 2017. Esta prorrogação do prazo permitiu maior participação da comunidade acadêmica. Acredita-se que esse prazo foi mais do que suficiente para que todos os segmentos acadêmicos tivessem conhecimento da existência da pesquisa e tempo para participar dela.

A pesquisa realizada por meio dos questionários teve o objetivo de obter a perspectiva que diversos segmentos vinculados ao IFG têm a respeito das dimensões do SINAES elencadas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004 e que devem ser observadas pela Instituição. Não houve a participação de pessoas externas à CPA na criação dos questionários em razão principalmente da exiguidade do tempo para finalização das avaliações, mas também porque a CPA possui autonomia prevista em Lei para realizar seu trabalho.

Embora tenha sido elaborado com esmero, opiniões divergentes à metodologia adotada neste trabalho, bem como em relação aos resultados aqui apresentados, serão proveitosas na elaboração das próximas autoavaliações.

2 METODOLOGIA

Tomando como referência a metodologia utilizada na elaboração do relatório anterior, para a produção deste relatório, a Comissão Própria de Avaliação planejou e desenvolveu as seguintes ações sucessivas:

- Uso de sistema eletrônico de votação em 2016 e visitas aos *campi* do IFG no início de 2017 para concluir composição das Subcomissões Locais de Autoavaliação;
- Análise do Relatório de Gestão 2016 do IFG.
- Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI¹.
- Início da elaboração do Relatório de Autoavaliação 2016, a partir dos documentos institucionais, observadas as dez dimensões da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
 - Elaborações de seis questionários de autoavaliação.
 - Lançamento da pesquisa *online* no *site* do IFG.
 - Publicação de notícias no *site* do IFG, por meio da Diretoria de Comunicação Social da Reitoria, com orientações sobre como participar do processo avaliatório.
 - Envio de mensagens por correio eletrônico (*e-mails*) aos servidores sobre a autoavaliação.
 - Atuação das Subcomissões Locais de Autoavaliação (SLAs) nos *campi* para divulgação do processo de Autoavaliação Institucional e coletas de informações nos respectivos *campi*.
 - Encerramento do período de participação na pesquisa de autoavaliação.
 - Exportação dos dados da pesquisa de autoavaliação, a partir do *software* LimeSurvey.
 - Organização dos dados da pesquisa por dimensão, atendendo à legislação.
 - Sistematização dos dados da pesquisa.
 - Análise dos resultados.
 - Finalização do relatório.

Apesar da greve ocorrida no ano letivo de 2016, algumas Subcomissões de Avaliação dos *campi* contribuíram com informações locais para este Relatório. Porém a maioria não repassou informações. Fatores diversos contribuíram para isso, incluindo a greve ocorrida no ano letivo de 2016, além da distância entre os *campi* que dificultou a articulação efetiva. Portanto, a consolidação das informações e a produção do Relatório foi realizada pela CPA eleita.

¹ O PDI é o documento que orienta o planejamento da Instituição, identificando princípios, objetivos, metas, atividades e ações a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.

2.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Os instrumentos utilizados para a elaboração deste Relatório foram:

- Relatório de Gestão 2016;
- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI contemplando o período de 2012 a 2016;
- Questionários de avaliação *online* 2016;
- Informações de diagnósticos solicitados às subcomissões locais;
- Informações do Relatório de Permanência e Êxito compartilhado pela Procuradoria Educacional Institucional

Para avaliar a instituição no ano de 2016, foram disponibilizados na Internet (ifg.edu.br/cpa), no período de 19 de setembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017, seis questionários nos moldes dos questionários aplicados em 2015 permitindo, assim, parâmetros de comparação com a realidade atual da instituição. Tais relatórios têm o propósito de obter a opinião dos seguintes segmentos que se vinculam ao IFG: discentes dos cursos de graduação, bacharelado, licenciatura e tecnologia, discentes dos cursos de pós-graduação, docentes, servidores técnico-administrativos, gestores e comunidade externa.

No *site* do IFG, constam os questionários mencionados, assim como as opções de conceitos das respostas – **plenamente adequado, muito adequado, adequado, pouco adequado, inadequado e desconheço**. Esses conceitos foram utilizados para avaliar cada um dos itens das diversas dimensões presentes nos questionários. Porém, a dimensão 10 (sustentabilidade financeira) não está contida nos questionários *online*, tendo em vista que os integrantes da CPA entenderam que os números relativos a ela são de conhecimento de um segmento restrito de servidores, isto é, apenas aqueles que lidam com as questões financeiras do IFG (lotados em setores financeiros) e o ordenador de despesas. Por isso, os dados relativos à sustentabilidade financeira apresentados nesta autoavaliação foram extraídos exclusivamente do Relatório de Gestão do Exercício de 2016.

2.1.1 Questionários de Autoavaliação

Seguindo a metodologia utilizada nos questionários anteriores, a Tabela 1 apresenta os tópicos dos questionários de autoavaliação que, para uma melhor compreensão, foram distribuídos por dimensão.

Tabela 1 - Dimensões do SINAES

Dimensão 1 - A missão e o plano de desenvolvimento institucional (Tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	
<i>Avaliação dos Documentos Institucionais</i>	
Segmento Técnico-Administrativo	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Ensino Superior	Projeto Pedagógico da Instituição – PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Divulgação do Regulamento do TCC
Segmento Discente Pós-Graduação	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
Segmento Docente	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI
	Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	Regulamento do TCC
	Regulamento de Atividades Complementares
	Matrizes curriculares dos Cursos
Dimensão 2 - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização (Tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	
Segmento Técnico-Administrativo	<i>Extensão</i>
	– Divulgação dos cursos
	– Participação nos cursos
	– Qualidade dos cursos
	– Adequação dos cursos conforme a demanda
	– Incentivo à capacitação
Segmento Discente Ensino Superior	<i>Curso</i>
	– Projeto Pedagógico da Instituição – PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Divulgação do Regulamento do TCC
	– Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	– Facilidade de realização do estágio
	– Realização de visitas técnicas
	– Atuação da Monitoria
	– Expectativas do <i>estudante</i> referentes ao Curso
	<i>Atuação docente nas disciplinas técnicas</i>
	– Apresentação do Plano de Ensino
	– Planejamento das aulas
	– Domínio do conteúdo
	– Clareza (técnicas de ensino/didática)
	– Disponibilidade para atendimento
	– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor/ <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado
	<i>Atuação docente nas disciplinas do núcleo comum</i>
	– Apresentação do Plano de Ensino
	– Planejamento das aulas
	– Domínio do conteúdo
– Disponibilidade para atendimento	
– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo	

	etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor/ <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação de TCC ou estágio supervisionado
	Extensão
	– Viabilização dos projetos
	– Programação de recepção aos calouros
	– Eventos institucionais
	Pesquisa
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC e outros)
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Bolsa de iniciação científica
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
	Cursos
Segmento Discente Pós-Graduação	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Divulgação do Regulamento da Dissertação
	– Relação Coordenador/ <i>estudante</i>
	– Realização de atividades complementares (eventos, palestras etc.)
	– Expectativas do <i>estudante</i> referentes ao Curso
	Pesquisa
	– Incentivo às bolsas de pesquisa
	– Divulgação/publicação de trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
	Atuação Docente nas Disciplinas
	– Apresentação do Plano de Ensino
	– Planejamento das aulas
	– Domínio do conteúdo
	– Disponibilidade para atendimento
	– Metodologias de ensino: debates, seminários, aulas de campo etc.
	– Processo de avaliação da aprendizagem
	– Relação professor- <i>estudante</i>
	– Desempenho e interesse na orientação da Dissertação
	Documentos Institucionais
Segmento Docente	– Projeto Pedagógico da Instituição - PPI
	– Projeto Pedagógico do Curso - PPC
	– Regulamento do TCC
	– Regulamento de Atividades Complementares
	– Matrizes curriculares dos Cursos
	Extensão
	– Viabilização dos projetos
	Pesquisa
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	– Divulgação/publicação de trabalhos científicos
	– Condições para orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso e/ou pesquisas (infraestrutura, recursos didáticos etc.)
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
Segmento Gestores	Extensão

	– Divulgação dos cursos
	– Qualidade dos cursos
	Pesquisa
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos

Dimensão 3 - A responsabilidade social da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	– Acervo
	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	Serviços/ Atendimentos
	– Recepção
	– Protocolo
	– Centro de Seleção
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Cantina
	– Teatro/Auditório(s)
	– Quadra Poliesportiva
	– Eventos do <i>Campus</i> abertos à comunidade (festividades, semanas acadêmicas, palestras etc.)
	Extensão
	– Divulgação dos Cursos
– Participação nos Cursos	
– Qualidade dos Cursos	
– Adequação dos Cursos conforme as demandas da região	
– Auxílio financeiro	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	– Periódicos e revistas especializadas
	Extensão
	– Programação de recepção aos calouros
	– Participação em projetos
	– Eventos institucionais
– Compromisso do <i>Campus</i> com a comunidade	
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Biblioteca
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	Extensão
	– Adequação dos cursos conforme as demandas da região

Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
– Relação com o Servidor	
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	Direção
– Relação Direção-Geral/Comunidade	
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
– Relação com o Servidor	
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
– Relação com o Servidor	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações
	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	Diretoria de Comunicação Social
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
– Relação com o Servidor	
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Site do IFG
	– Layout das páginas
	– Acessibilidade às informações

	– Atualização das informações
	– Confiabilidade das informações
	– Q-Acadêmico
	<i>Diretoria de Comunicação Social</i>
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor

Dimensão 5 - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	<i>Pesquisa</i>
	– Incentivo à iniciação e produção científica (PIBIC, PIBIT, PIBID, PVIC etc.)
	– Divulgação/publicação dos trabalhos científicos
	– Auxílio para a participação em eventos científicos
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	– Incentivo à qualificação
	<i>Serviços/Atendimento</i>
	– Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)

Dimensão 6 - Organização e gestão da Instituição

Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	<i>Serviços/Atendimento</i>
	– Recepção
	– Protocolo
	– Direção Administrativa
	– Coordenação de Assistência ao Servidor (CAS)
	– Teatro/Auditório(s)
	<i>Direção</i>
	– Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i>
	– Transparência na gestão
	– Relação Direção-Geral/servidor
	<i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria</i>
	– Atuação
	– Transparência
– Presteza na solução das demandas	
– Relação com o Servidor	
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<i>Direção</i>
	– Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i>
	– Transparência da gestão
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<i>Serviços/Atendimento</i>
	– Recepção
	– Segurança
	– Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)
	– Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)
	– Coordenação do Serviço de Interação Escola-Empresa (COSIE-E)
	– Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente
	– Protocolo
	– Departamento de Áreas Acadêmicas
– Cantina	

	Curso
	– Atuação da Coordenação
	– Relação Coordenador/ <i>estudante</i>
	Direção
	– Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i> :
	– Transparência da gestão
	– Relação Direção-Geral/ <i>estudante</i>
	Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
	Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)
– Recepção	
– Segurança	
– Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)	
– Protocolo	
– Departamento de Áreas Acadêmicas	
– Cantina	
Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.	
– Atuação	
– Transparência	
– Presteza na solução das demandas	
– Relação com o Servidor	
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	
	– Coord. de Curso
	– Coord. Acadêmica
	– Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente
	– Protocolo
	– Recursos Didáticos
	– Cantina
	Curso
	– Atuação da Coordenação
	– Relação Coordenador/ <i>estudante</i>
	Direção
– Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i>	
– Transparência na gestão	
– Relação Direção-Geral/ <i>docente</i>	
Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional, Diretoria de desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria	

	<i>Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i>
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
	<i>Serviços/Atendimento</i>
	– Recepção
	– Protocolo
	– Centro de Seleção
	– Coord. de Apoio Pedagógico ao Discente
	– Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE)
	– Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE)
	– Coordenação do Serviço de Interação Empresa-Escola (COSIE-E)
	– Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX)
	– Cantina
	– Teatro/Auditório(s)
	– Departamento de Áreas Acadêmicas
	<i>Direção</i>
	– Atuação da Direção-Geral no <i>Campus</i>
	– Transparência na gestão
	– Relação Direção-Geral/comunidade
	<i>Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pró-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Pró-Reitoria de Administração, Diretoria Executiva, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Relações Internacionais e Gabinete da Reitoria.</i>
	– Atuação
	– Transparência
	– Presteza na solução das demandas
	– Relação com o Servidor
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	

Dimensão 7 - Infraestrutura física

	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
	– Ventilação
	– Acessibilidade
	<i>Instalações Físicas</i>
	– Iluminação
	– Limpeza
	– Mobiliário
	– Nível de ruído/barulho
Segmento Técnico-Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	

	<ul style="list-style-type: none"> – Ventilação – Acessibilidade
	Biblioteca
	<ul style="list-style-type: none"> – Espaço físico
	Laboratório de Informática
	<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de computadores – Manutenção dos computadores – Internet – Horário de funcionamento – Atendimento aos usuários
	Laboratórios de Curso
	<ul style="list-style-type: none"> – Condições técnicas/equipamentos – Disponibilidade de funcionamento – Atendimento aos usuários – Atualização dos equipamentos
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	Instalações Físicas
	<ul style="list-style-type: none"> – Iluminação – Limpeza – Mobiliário – Nível de ruído/barulho – Ventilação – Acessibilidade
	Biblioteca
	<ul style="list-style-type: none"> – Espaço físico
	Laboratório de Informática
	<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de computadores – Manutenção dos computadores – Internet – Horário de funcionamento – Atendimento aos usuários
	Laboratórios de Curso
	<ul style="list-style-type: none"> – Condições técnicas/equipamentos – Disponibilidade de funcionamento – Atendimento aos usuários – Atualização dos equipamentos
	Instalações Físicas
	<ul style="list-style-type: none"> – Iluminação – Limpeza – Mobiliário – Nível de ruído/barulho – Ventilação – Acessibilidade
	Biblioteca
	<ul style="list-style-type: none"> – Espaço físico
	Laboratório de Informática
	<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de computadores – Manutenção dos computadores – Internet – Horário de funcionamento – Atendimento aos usuários
	Laboratórios de Curso
	<ul style="list-style-type: none"> – Condições técnicas/equipamentos – Disponibilidade de funcionamento – Atendimento aos usuários – Atualização dos equipamentos
	Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)
<ul style="list-style-type: none"> – Iluminação – Limpeza – Mobiliário – Nível de ruído/barulho – Ventilação – Acessibilidade 	
Biblioteca	
<ul style="list-style-type: none"> – Espaço físico 	
Laboratório de Informática	
<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de computadores – Manutenção dos computadores – Internet – Horário de funcionamento – Atendimento aos usuários 	
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	Instalações Físicas
	<ul style="list-style-type: none"> – Iluminação – Limpeza – Mobiliário – Nível de ruído/barulho – Ventilação – Acessibilidade
	Biblioteca
	<ul style="list-style-type: none"> – Espaço físico
	Laboratório de Informática
	<ul style="list-style-type: none"> – Quantidade de computadores – Manutenção dos computadores – Internet – Horário de funcionamento – Atendimento aos usuários
Dimensão 8 - Planejamento e avaliação	
Segmento Técnico Administrativo (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	AutoAvaliação
	<ul style="list-style-type: none"> – Assiduidade e pontualidade

	<ul style="list-style-type: none"> – Relação servidor técnico-administrativo/professor – Relação servidor técnico-administrativo/<i>estudante</i> – Relação com a comunidade externa – Relação servidor técnico-administrativo/trabalhador terceirizado
Segmento Comunidade Externa (tópicos avaliados pelos <i>estudantes</i> do PRONATEC, FIC, Mulheres Mil e Ensino a Distância)	AutoAvaliação
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação estudante/professor
	– Relação estudante/servidor técnico-administrativo
Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	AutoAvaliação
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação estudante/servidor técnico-administrativo
	– Relação estudante/trabalhador terceirizado
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	AutoAvaliação
	– Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores
	– Realização/participação nas atividades acadêmicas
	– Relação estudante/servidor técnico-administrativo
	– Relação estudante/trabalhador terceirizado
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	Atuação discente nas disciplinas
	– Comprometimento com as atividades acadêmicas
	– Participação em eventos científicos
	– Respeito
	Autoavaliação
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s)
	– Utilização de metodologias de ensino
	– Relação professor/servidor técnico-administrativo
	– Relação professor/estudante
– Relação com demais docentes	
– Relação com trabalhadores terceirizados	
Segmento Gestores (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> e Reitoria)	AutoAvaliação
	– Assiduidade e pontualidade
	– Relação com o servidor técnico-administrativo
	– Relação com o estudante
	– Relação com o docente
– Relação com os trabalhadores terceirizados	

Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos estudantes

Segmento Discente Pós-Graduação (tópicos avaliados nos <i>Campi</i> Goiânia e Jataí)	Biblioteca
	– Espaço físico
	– Informatização
	– Horário de atendimento
	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
Segmento Discente Ensino Superior (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	– Periódicos e revistas especializadas
	Biblioteca
	– Espaço físico
	– Informatização
– Horário de atendimento	

	– Atendimento aos usuários
	– Acervo
	– Periódicos e revistas especializadas
Segmento Docente (tópicos avaliados nos <i>Campi</i>)	<i>Extensão</i>
	– Viabilização dos projetos

Dimensão 10 - Sustentabilidade financeira (não incluída nos questionários *online*)

Fonte: pesquisa de autoavaliação 2016.

3 RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Novamente, na análise dos resultados desta pesquisa, a CPA se deparou com fatores que influenciaram nas atividades previstas, tais como restrições no orçamento do IFG, que impactou nas reuniões ordinárias da Comissão e a greve dos servidores, que ocasionou mudança nos calendários acadêmicos de 2016, fazendo com que diversas subcomissões locais e membros da CPA interrompessem suas atividades, alterando, assim o cronograma previsto para a conclusão das análises.

O fato inédito foi a ocupação de 11 (onze) *campi* por estudantes no período entre 03/10/2016 a 13/12/2016, somado a greve dos servidores ocorrida de 10/10/2016 a 18/12/16. A maioria dos *campi* (10 *campi*) finalizaram o ano letivo de 2016 em fevereiro ou março de 2017, com previsão do início do novo semestre em abril ou maio de 2017. Apenas três *campi* finalizaram o calendário acadêmico de 2016 antes da data de 25/01/2017. O Quadro 1 ilustra esta realidade.

Quadro 1: Finalização do Calendário Acadêmico de 2016 nos *campi* do IFG

<i>Campus</i>	Data da finalização do Calendário Acadêmico de 2016	% de Discentes do IFG
Águas Lindas	09/03/2017	3,61
Anápolis	17/03/2017	6,97
Aparecida	07/03/2017	5,82
Cidade de Goiás	16/12/2016	2,45
Formosa	27/03/2017	5,5
Goiânia	15/04/2017	36,61
Goiânia Oeste	17/03/2017	3,61
Inhumas	11/02/2017	4,7
Itumbiara	16/12/2016	6
Jataí	16/03/2017	6,86
Luziânia	20/01/2017	5,92
Senador Canedo	20/12/2016	1,98
Uruaçu	28/01/2017	7,08
Valparaíso	18/02/2017	2,89

Fonte: Relatório de Gestão 2016

Diferentemente do relatório anterior, além da análise *macro*, aproveitando o trabalho e o esforço já realizado, esta análise é mais detalhada e contempla críticas e sugestões da comunidade acadêmica, permitindo que a gestão possa utilizar informações relevantes para

tomadas de decisões que resultarão na melhoria da qualidade do ensino superior. Diante do exposto, esta seção apresenta parcialmente a análise das dez dimensões do SINAES, de acordo com a Lei 10.861/2004, contemplando dessa forma, em parte, os dados obtidos nos questionários de autoavaliação *online* que estiveram disponibilizados à comunidade, no período de 19 de setembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017. Para complementar esses dados, foram inseridos, de acordo com a necessidade, elementos demonstrativos do Relatório de Gestão 2016, informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, informações repassadas pelas Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), bem como informações compartilhadas pela Procuradoria Educacional Institucional (PEI).

Para referência, a Figura 1 apresenta o total de discentes do IFG por modalidade e, o Quadro 2 apresenta a comparação das respostas esperadas e respostas recebidas.

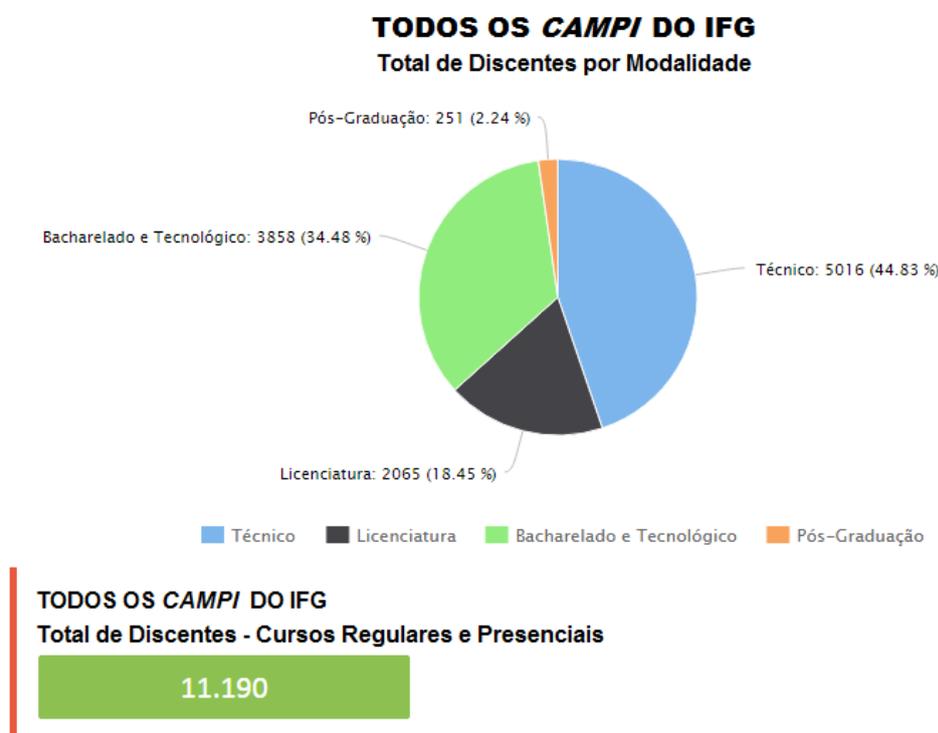


Figura 1. Total de Discentes do IFG por Modalidade de Cursos.
Fonte: *Software Visão IFG*

A pesquisa atual contou com o total de 2.608 participantes, o que representa 26,2% da participação total esperada, com respostas distribuídas nos segmentos Técnico-Administrativos, Discentes da Graduação, Discentes da Pós-Graduação, Docentes, Gestores e Comunidade Externa. No total, houve um acréscimo de 284 respostas em 2016, o que

representa aumento de 12,2% em relação a 2015 (2324 participantes) e 21% em relação à 2012 (1373 participantes).

Quadro 2 - Demonstrativo de participação geral por segmento na pesquisa online

Respostas ao Questionário de Autoavaliação Institucional 2016				
SEGMENTOS	Total por Segmento 2016	Nº de Participantes 2015	Nº de Participantes 2016	Relação Total/Participante %
Discente Graduação	5923	1354	1095	18,5%
Docente	1261	569	718	56,9%
Administrativo	901	241	362	40,2%
Discente Pós-Graduação	251	30	50	19,9%
Comunidade Externa	*	88	297	*
Gestores	471	42	86	18,3%
Total	8807	2324	2608	26,2%

Fonte: Pesquisa de Autoavaliação 2016, Relatório de Gestão 2016 e *Software* Visão IFG.

* Número indeterminado - comunidade externa. É apresentado apenas o nº de participantes.

Na análise do Quadro 2, observa-se a participação expressiva dos docentes, com 718 participantes em 2016, o que representa 56,9% do segmento. Entretanto, observa-se que houve redução na participação apenas dos discentes da graduação em relação ao ano anterior, 2015, consequência da ocupação/greve na instituição.

Quadro 3 - Comparativo de participação geral por segmento nas pesquisas de 2012, 2015 e 2016

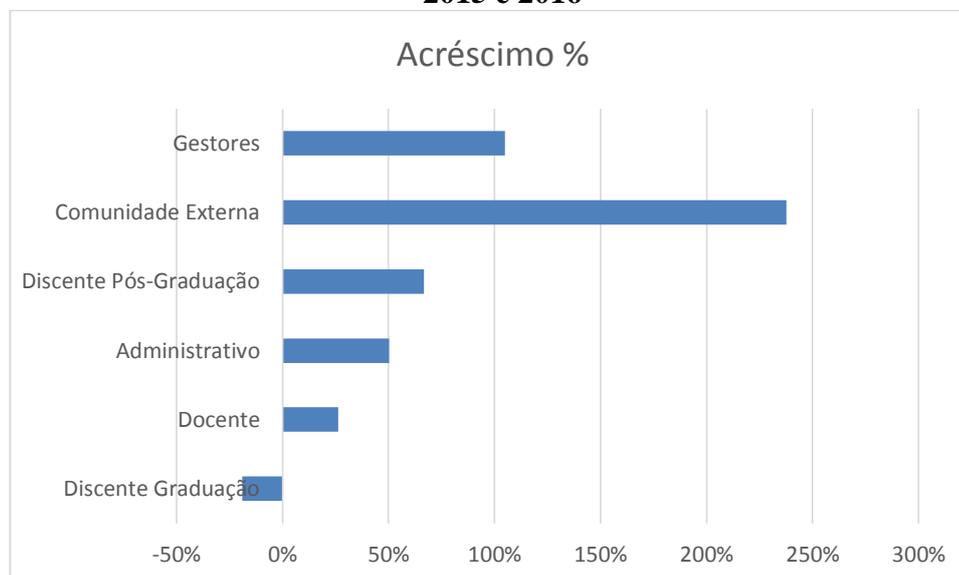
SEGMENTOS	Participantes 2012	Participantes 2015	Participantes 2016	Acréscimo	
					%
Discente Graduação	509	1354	1095	-259	-19%
Docente	349	569	718	149	26%
Administrativo	290	241	362	121	50%
Discente Pós-Graduação	5	30	50	20	67%
Comunidade Externa	183	88	297	209	238%
Gestores	37	42	86	44	105%
Total	1373	2324	2608	284	21%

Fonte: Pesquisa de Autoavaliação 2012, 2015 e 2016.

Por outro lado, se forem comparados estes resultados com os resultados da pesquisa realizada em 2012, observa-se o crescimento em todos os segmentos. Esta comparação pode ser visualizada no Quadro 3.

De modo geral, o acréscimo percentual, mais evidenciado no Gráfico 1, revela que o trabalho de sensibilização junto à comunidade (interna e externa) continua a sortir efeitos positivos no sentido de formar a cultura de autoavaliação institucional do IFG.

Gráfico 1 - Comparativo de participação geral por segmento nas pesquisas de 2012, 2015 e 2016



Fonte: pesquisa de autoavaliação 2012, 2015 e 2016.

Para a apresentação dos resultados, entre as dez dimensões previstas na Lei nº 10.861, que institui o SINAES, serão apresentadas parcialmente neste relatório, de forma estruturada, abordagens nas seguintes dimensões:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

A previsão é que no próximo ciclo de avaliação (2017) a CPA aborde as dez dimensões previstas na lei do SINAES, de forma integral, atendendo a recomendação da NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES N° 065:

“Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial*
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial*
- até 31 de março de 2018 – relatório integral”*

3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Eixo 1 aborda a Dimensão 8, conforme o Art.3º da Lei nº 10.861:

“VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;”

A oitava dimensão “considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucional”.

A instauração de um processo de discussões, com a participação efetiva da comunidade, para a construção coletiva do Planejamento Institucional, ocorre na perspectiva de se criar momentos, ambientes e movimentos que possibilitem as reflexões sobre a identidade da Instituição e estabeleçam o marco das referências de elaboração das políticas institucionais que assegurem o seu fortalecimento, o caráter público e o evidente propósito de práticas voltadas para a cidadania, inserção social e desenvolvimento científico e tecnológico. É importante reconhecer que o resultado deste trabalho sempre depende do nível de envolvimento de seus realizadores, isto é, toda a comunidade acadêmica; assim, ele exigirá clareza nas proposições, determinação, objetividade e o reconhecimento de que se trata de um

processo educativo que demanda tempo, de modo que o imediatismo não impeça o aprofundamento nas discussões.

O planejamento deve ser reconhecido como um importante instrumento de organização institucional, para que contribua de forma eficaz e eficiente na definição dos objetivos, na identificação das ações a serem implantadas e melhoradas a curto, médio e longo prazos e na escolha das estratégias para a concretização dos projetos, programas e demais ações para a implementação efetiva das políticas institucionais.

A construção coletiva do planejamento cria compromisso, motiva, permite o conhecimento das possibilidades e limitações, estabelece desafios e valoriza as pessoas e suas experiências acumuladas. A fim de despertar em cada docente, técnico-administrativo e estudante a disposição de debater e ser propositivo, visando à transformação do IFG numa instituição melhor, foi discutido nas instâncias e segmentos do IFG o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Por se tratar de uma Instituição de Ensino, o IFG, em consonância com o que preconiza as Leis 9.394/96, 10.861/2004 e o Decreto 5.773/2006, estrutura o seu Planejamento Estratégico através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Plano de Desenvolvimento Institucional orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016).

Portanto o planejamento e a avaliação, no âmbito do processo realizado em 2015, pelas razões esclarecidas anteriormente, são apresentadas parcialmente a seguir.

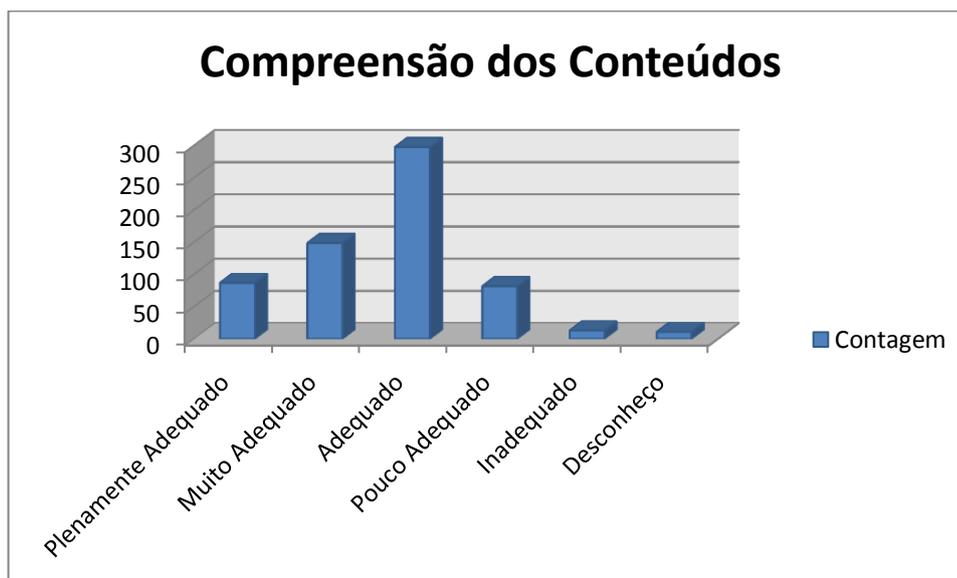
3.1.1 Resultados da Autoavaliação 2016 Referentes à Dimensão 8

Em relação ao planejamento e avaliação, a pesquisa online buscou saber:

- ✓ a perspectiva que têm os Servidores Técnico-Administrativos acerca da Autoavaliação (assiduidade e pontualidade, relação servidor técnico-administrativo/professor, relação servidor técnico-administrativo/estudante, relação com a comunidade externa e a relação servidor técnico-administrativo/trabalhador terceirizado).
- ✓ o ponto de vista da Comunidade Externa sobre a Autoavaliação (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação estudante/professor, relação estudante/servidor técnico-administrativo e relação estudante/gestor da Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX).

- ✓ a visão que têm os Discentes do Ensino Superior em relação à Autoavaliação (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação estudante/servidor técnico-administrativo, relação estudante/trabalhador terceirizado). Nesta visão, os Gráficos 2 a 5 revelam que para os discentes dos cursos de graduação a compreensão, participação e relacionamentos encontram-se em nível adequado.

Gráfico 2 - Compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores.



Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 3 - Realização/Participação nas atividades acadêmicas.



Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 4 - Relação estudante/servidor técnico-administrativo.

Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 5 - Relação estudante/trabalhador terceirizado.

Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

- ✓ a concepção que têm os Discentes da Pós-Graduação dos campi Goiânia e Jataí a respeito da Autoavaliação (compreensão dos conteúdos ministrados pelos professores, realização/participação nas atividades acadêmicas, relação estudante/servidor técnico-administrativo e a relação estudante/trabalhador terceirizado).
- ✓ a visão que têm os Docentes em relação à Atuação Discente nas Disciplinas (comprometimento com as atividades acadêmicas, participação em eventos científicos e

respeito) e sobre a Autoavaliação (assiduidade e pontualidade, relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s), utilização de metodologias de ensino, relação professor/servidor técnico-administrativo, relação professor/estudante, relação com demais docentes e a relação com trabalhadores terceirizados). Nesta visão, os Gráficos 6 a 12 revelam que para os Docentes dos cursos de graduação a maioria das respostas encontram-se entre adequado e plenamente adequado.

Gráfico 6 - Assiduidade e Pontualidade.



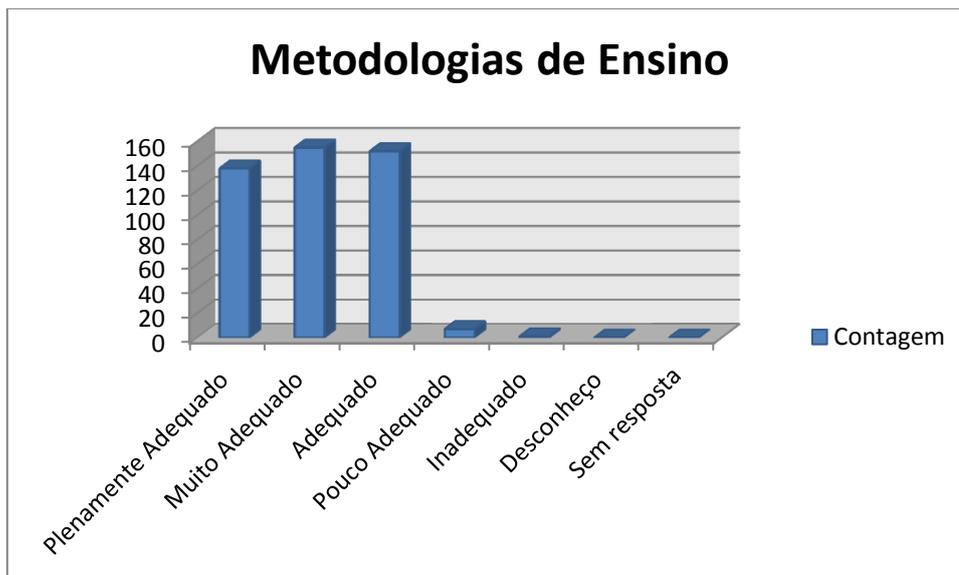
Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 7 - Relação teoria/prática na(s) sua(s) disciplina(s)



Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 8 - Utilização de metodologias de ensino.



Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 9 - Relação professor/servidor técnico-administrativo.



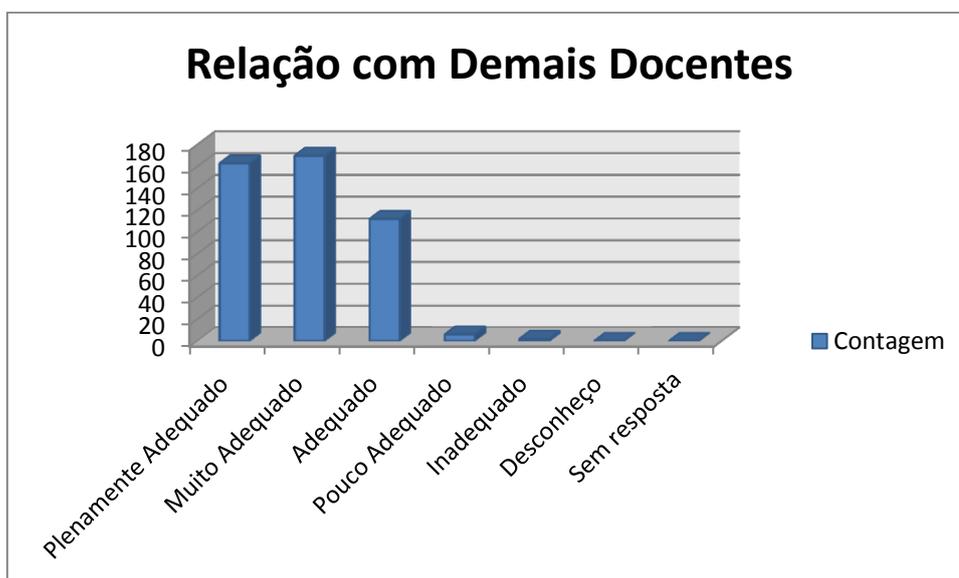
Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 10 - Relação Professor/Estudante.



Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 11 - Relação com Demais Docentes



Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

Gráfico 12 - Relação com Trabalhadores Terceirizados

Fonte: Autoavaliação Institucional 2016.

- ✓ a expectativa que têm os Gestores sobre a Autoavaliação (assiduidade e pontualidade, relação com o servidor técnico-administrativo, relação com o estudante, relação com o docente e relação com os trabalhadores terceirizados).

3.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No Eixo 2 serão apresentadas as Dimensões 1 e 3, conforme o Art.3º da Lei nº 10.861:

“I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;”

“III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;”

3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Neste ponto cabe uma reflexão a cerca da identidade, da missão, da visão e dos valores da instituição.

IDENTIDADE: A Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu Art. 2º, estabelece que os Institutos Federais “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.”

É, funcionalmente, uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

MISSÃO: De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2012/2016, o objetivo precípua do IFG é mediar, ampliar e aprofundar a formação integral (omnilateral) de profissionais-cidadãos, capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho, na perspectiva da consolidação de uma sociedade democrática e justa social e economicamente.

Adicionalmente, o novo portal do IFG (<http://www.ifg.edu.br/apresentacao-a-instituicao>) apresenta a finalidade da instituição: “*O IFG tem por finalidade formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.*”

O Relatório de Gestão 2016 acrescenta: Sua finalidade é formar cidadãos profissionais para os diversos setores da economia, realizar pesquisas, promover a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento social e a soberania do Brasil.

VISÃO: De acordo com o Relatório de Gestão 2016, o seu papel social é visualizado na produção, na sistematização e na difusão de conhecimentos de cunho científico, tecnológico, filosófico, artístico e cultural, construída na ação dialógica e socializada desses conhecimentos.

VALORES: De acordo com o PDI, na perspectiva do pronto atendimento e da prestação de um serviço público de boa qualidade à sociedade, as ações e a conduta dos servidores e demais colaboradores da Administração devem ser norteadas pelos valores e princípios abaixo relacionados:

1. ética: ter como padrão de conduta ações que busquem a qualidade dos serviços, amparadas em honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa;

2. efetividade: atuar orientado para resultados que assegurem o cumprimento da função social e a excelência da imagem institucional;

3. autonomia: atuar com imparcialidade, liberdade e independência, de forma a rejeitar a interveniência de qualquer interesse que não o público;

4. justiça: pautar-se estritamente por princípios de justiça, pela verdade e pela lei, com integridade, equidade, impessoalidade e imparcialidade; e

5. profissionalismo: atuar de forma técnica, competente, responsável, imparcial, coerente e objetiva, e estar comprometido com a função social institucional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, é elaborado para um período de 5 (cinco) anos e identifica a filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver neste período. No primeiro semestre de 2017 o IFG irá discutir o próximo PDI visando o planejamento para o período entre 2017 e 2021.

O Instituto Federal de Goiás vem ampliando, ao longo da história, sua inserção social, inclusive com a implantação de novos *Campi* em cidades de diferentes regiões do Estado de Goiás, dando continuidade à sua história centenária e se firmando como um ambiente de formação escolar e acadêmica e de realização de ações políticas, pedagógicas, artísticas e culturais, reafirmando sua identidade como centro formador de ideias, conhecimentos e lideranças e, principalmente, formando profissionais qualificados e conscientes de seus direitos e responsabilidades com a vida em sociedade.

Exemplo desse dinamismo é a atualização constante das finalidades, das características, dos princípios e das metas da Instituição e sua articulação com o PDI e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI)², bem como a articulação destes com o contexto

² O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) visa estabelecer princípios, diretrizes e metas destinadas a orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional, no seu sentido mais estrito.

socioeconômico regional e nacional, assim como com a realidade vivenciada cotidianamente pela Instituição.

Com a criação do Instituto Federal de Goiás, a partir de 30 de dezembro de 2008, houve todo um processo de reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas da Instituição, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Para isso, foi elaborado o Estatuto do IFG. Com a aprovação do Estatuto, abriram-se importantes processos de construção de dois documentos fundamentais: o PDI e o Regimento Geral³, que foram elaborados de forma democrática, inclusive com a realização de consultas públicas.

Assim, toda a comunidade acadêmica – estudantes e servidores – e a comunidade externa puderam se manifestar, no período de 15 de dezembro de 2010 a 28 de abril de 2011, da criação desses documentos, registrando suas considerações e apresentando sugestões de alteração por meio de página eletrônica específica. Após esse período, houve a sistematização de um texto que serve hoje de referência para as discussões que antecedem a homologação do PDI pelo Conselho Superior.

Por se tratar de uma Instituição de Ensino, o IFG, em consonância com o que preconiza as Leis 9.394/96, 10.861/2004 e o Decreto 5.773/2006, estrutura o seu Planejamento Estratégico através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O Plano de Desenvolvimento Institucional orienta o planejamento estratégico da Instituição para o período de sua abrangência (2012-2016).

Em 19/12/2013, o PDI do IFG foi aprovado pelo Conselho Superior, publicado através da Resolução nº 036, de 19/12/2013 e inserido pela Procuradoria Educacional Institucional no e-MEC que é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior – IES, autorização e renovação de reconhecimento de cursos) regulamentados pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006.

O PDI 2012/2016 foi dividido em dez conjuntos de informação:

1. Perfil Institucional, função social e princípios institucionais;
2. Projeto Político Pedagógico Institucional;
3. Organização Acadêmica;
4. Gestão de Pessoas;
5. Corpo Docente;
6. Organização Administrativa;

³ O Regimento Geral é o documento institucional que reúne o conjunto de normas que regem o funcionamento interno do IFG.

7. Autoavaliação institucional;
8. Infraestrutura e instalações acadêmicas;
9. Estrutura de apoio à inclusão;
10. Demonstrativo de Sustentabilidade Financeira.

Em 2016 o IFG passou a contar Núcleo de Estatística e Planejamento (NEP) que desenvolver diversas atividades, dentre elas, a elaboração do anuário estatístico da instituição, publicação de boletins de informações a partir das demandas apresentadas pelos *campi*, criar indicadores de desempenho e acompanhar os resultados institucionais, além de avaliar o atingimento das ações previstas no PDI 2012/2016 e contribuir com a construção do PDI 2017/2021.

Em relação à Dimensão 1, as atividades da Comissão Própria de Avaliação buscam a identificação da convergência do PDI com o Plano Educacional propostos pelo conjunto da comunidade acadêmica e também pelo Governo Federal, visando à inclusão social, que pode ser traduzida no projeto de implantar e melhorar os processos educativos, públicos e gratuitos, de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento socioeconômico, cultural, técnico e tecnológico.

De acordo com o PDI, o Instituto Federal de Goiás atua orientado pelos seguintes princípios:

- compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, e a preservação do meio ambiente.
- transparência e gestão democrática.
- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão.
- compromisso com a formação integral do cidadão, com a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- compromisso com a educação inclusiva e emancipatória, com a oferta de formação profissional, com a promoção do desenvolvimento sociocultural, estando sempre atento à organização produtiva, ao potencial regional, à cultura e às necessidades e expectativas do cidadão.
- natureza pública, gratuita e laica do ensino, sob a responsabilidade da União.

Desse modo, a configuração das áreas de atuação do IFG ocorre por meio do delineamento modelado pelos princípios elencados anteriormente que configuram, em última instância, as suas características, objetivos e finalidades, que são:

- assegurar a gratuidade do ensino, não permitindo que seja cobrado dos estudantes, em hipótese alguma, qualquer tipo de contribuição financeira por oferta de qualquer modalidade de cursos oferecidos pela Instituição.

- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.

- promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, melhorando significativamente a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão.

- orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Goiás.

- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do senso crítico.

- qualificar-se como centro de referência no ensino, oferecendo cursos regulares técnicos, tecnológicos, licenciaturas, bacharelados, engenharias, pós-graduações *lato* e *stricto sensu*, capacitação, qualificação e atualização técnica e pedagógica.

- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.

- realizar e estimular a pesquisa e a produção cultural associadas ao mundo do trabalho e vinculadas à formação totalizadora e integral do ser humano.

- promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a produção e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Em busca de alcançar com êxito suas finalidades e metas, o IFG desenvolve diversos programas, atividades e ações. Seus principais objetivos são:

- ministrar cursos de formação inicial e continuada a trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino.

- ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica.

- ministrar ensino médio, observadas a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio.

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia.
- ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica.
- ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica.
- ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica.
- realizar pesquisas aplicadas que estimulem o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa, estendendo seus benefícios à comunidade.
- estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo.
- estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional.
- promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

3.2.2 Dimensão 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Nesse quesito, devem ser avaliadas as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Instituição, sendo essas ações cotejadas com as políticas dos documentos oficiais e as relações da IES com a comunidade em geral, com os setores público e privado e com o mercado de trabalho.

O Instituto Federal de Goiás, após completar um centenário de existência, vive atualmente um importante e estratégico momento de transformação de sua identidade, organização institucional e campo de abrangência, associado a um expressivo movimento de aumento da sua capilaridade em Goiás.

Na esteira dessas transformações e adaptações é que o Instituto Federal de Goiás passou, em 2009, por profunda reestruturação das áreas administrativas e pedagógicas, buscando articulá-las às necessidades sociais em relação ao ensino, pesquisa e extensão. Como parte disso, foi elaborado o novo Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Paralelamente a todas as transformações vivenciadas nos últimos anos, o IFG tem buscado criar instâncias, instrumentos, programas e projetos que qualifiquem as suas intervenções em âmbito social, tanto local quanto regional e nacionalmente. Em relação à pesquisa e pós-graduação, instituiu e consolidou os Programas de Bolsas de Iniciação à Pesquisa, fomentou parcerias com universidades, realizou Seminários de Iniciação Científica, incentivou e viabilizou a participação de diversos pesquisadores em encontros, seminários e jornadas científicas. Por fim, instituiu, organizou e consolidou uma política de bolsas de pesquisa para mestrandos e doutorandos da Instituição.

O IFG, no ano de 2016, continuou com o desenvolvimento da campanha “IFG Sustentável” com o objetivo de incentivar o consumo consciente de energia elétrica, água e papel. As ações com foco na sustentabilidade já existiam na Instituição, mas aconteciam sem uma integração que possibilitasse a mobilização de todo o IFG e que fosse capaz de envolver, simultaneamente, a Reitoria e os 14 *campi* em funcionamento.

A partir da oferta de diversos cursos, houve a necessidade de se discutir a pertinência e a relevância social da oferta de cursos superiores de tecnologia, de bacharelados e de licenciaturas, assim como as atividades relativas à extensão. Apesar de não dispor de um Plano de Logística Sustentável (PLS) o IFG contempla no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aspectos inerentes à responsabilidade social e a inserção regional da Instituição, e a necessidade de desenvolvimento regional sustentável ambientalmente. Uma

das ações previstas no PDI é o Programa IFG Cidadania, que se trata de um espaço de diálogo e troca de experiências capazes de envolver os segmentos internos em práticas dialógicas voltadas para a sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

A preocupação do IFG com questões ambientais pode ainda ser percebida a partir da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio, a exemplo de Agroecologia, Meio Ambiente e Controle Ambiental. Destaca-se ainda a oferta do curso de graduação em Engenharia Ambiental, além do Mestrado em Tecnologia de Processos Sustentáveis cujas linhas de pesquisa são: Energias Renováveis e Engenharia Econômica Aplicada; Tecnologia de Redução e Gerenciamento de Resíduos; Modelagem de Sistemas Ambientais; e Fontes Alternativas de Água.

3.2.3 Resultados da Autoavaliação 2016 Referentes à Dimensão 1

A respeito da missão e do plano de desenvolvimento institucional, a pesquisa *online* buscou saber acerca dos **Documentos Institucionais**:

- a visão dos Servidores Técnico-Administrativos acerca do Projeto Pedagógico da Instituição – PPI, do Projeto Pedagógico dos Cursos – PPC e sobre a Divulgação do Regulamento de TCC.
- a concepção dos Discentes do Ensino Superior sobre o PPI, o PPC e sobre a Divulgação do Regulamento de TCC.
- o ponto de vista dos Discentes da Pós-Graduação em relação ao PPI e ao PPC .
- a opinião dos Docentes no que se refere ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ao PPI, ao PPC, ao Regulamento de TCC, ao Regulamento de Atividades Complementares e às Matrizes Curriculares dos Cursos.

3.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo 3 serão apresentadas as Dimensões 2,4 e 9, conforme o Art.3º da Lei nº 10.861: *“II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;”*

“IV – a comunicação com a sociedade;”
“IX – políticas de atendimento aos estudantes;”

3.3.1 Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Nesta dimensão, serão apresentadas ações segundo o Relatório de Gestão 2016.

ENSINO

A implementação das políticas educacionais e dos programas voltados para a melhoria da gestão e qualidade da educação, incluindo os mecanismos de redução da evasão e da melhoria da inclusão social é resultado da articulação com os *campi*, com a Câmara de Ensino, com as Pró-reitorias, comissões e setores da Instituição, o desenvolvimento de ações visando à promoção do ensino, em conformidade com o que está proposto no Plano de desenvolvimento Institucional e nas diretrizes nacionais da educação.

A Pró-Reitoria de Ensino – PROEN - tem proposto e conduzido as políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

Ações desenvolvidas pela PROEN no ano de 2016:

- Acompanhamento da oferta dos cursos de acordo com as resoluções e PDI, bem como a assessoria na construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), no que tange ao cumprimento das legislações do MEC, CNE e conselhos profissionais de cursos presenciais e à distância;
- Acompanhamento e envio dos projetos de cursos para serem aprovados no Conselho Superior;
- Acompanhamento da oferta dos cursos *nos campi*;
- Assessoria às coordenações de cursos e áreas acadêmicas *dos campi* na interpretação e execução dos regulamentos acadêmicos;
- Proposição de novos regulamentos;
- Respostas às solicitações feitas através da Ouvidoria, SIC e do Ministério Público no que tange a área de ensino;
- Participação/condução na Elaboração do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes dos Cursos Presenciais e à Distância;

- Acompanhamento e assessoramento de todas as etapas dos processos regulatórios dos cursos superiores e da Instituição;
- Acompanhamento e assessoramento do processo de autoavaliação institucional;
- Condução do protocolo de compromisso referente ao processo de credenciamento institucional;
- Atendimento total aos prazos e solicitações dos Censos Educacionais coordenados pelo INEP/MEC;
- Condução dos processos seletivos para ingresso de alunos nos cursos regulares do IFG;
- Suporte e assessoria aos *campi* no que diz respeito às atividades de Administração Acadêmica;
- Gestão dos Sistemas de Administração Acadêmicos internos e externos;
- Elaboração e acompanhamento dos calendários acadêmicos do IFG;
- Realização de diagnóstico da situação acadêmica e avaliação in loco dos cursos de Demanda Aberta e do Profucionário - Educação à Distância;
- Melhorias no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (Moodle) e suporte aos usuários dos cursos à Distância;
- Participação em reuniões, seminários e outros eventos promovidos pelo MEC e suas autarquias;
- Participação em reuniões técnicas promovidas pelos diversos setores do IFG e outras instituições;
- Para além destas atividades a PROEN, em 2016, desenvolveu ações estratégicas para melhoria das atividades administrativas, de gestão e, sobretudo, de ensino, no âmbito de suas 04 (quatro) Diretorias e Gerência, bem como por meio de programas/projetos.

A Diretoria de Educação Básica e Superior (DEBS) foi responsável pela proposição, articulação, indução e acompanhamento do desenvolvimento das políticas e pela gestão do ensino da educação básica e graduação em todos os *campi* do IFG.

No âmbito da DEBS/PROEN ainda ocorre a gestão do Programa de Monitoria. No ano de 2016, os editais do Programa de Bolsas de Monitoria foram realizados pelos *campi* de acordo com a demanda de vagas local por meio dos seguintes procedimentos:

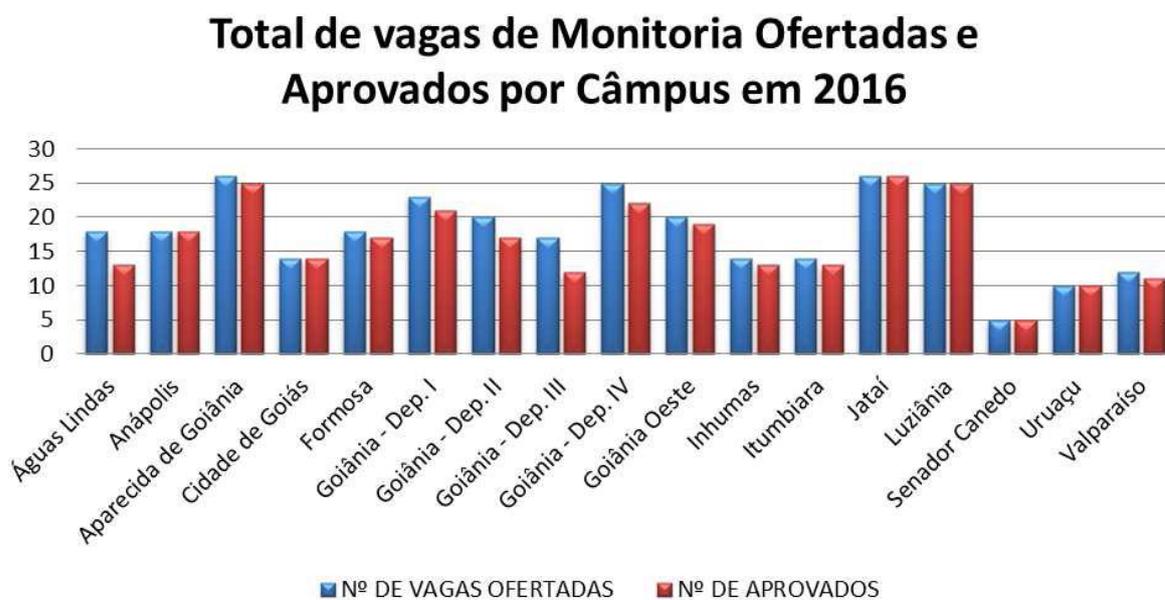
Após elaboração dos editais, os *campi* enviaram os editais à DEBS com vistas à análise e autorização de realização do processo de seleção;

Após o término do processo de seleção, *os campi* enviaram as informações do desenvolvimento das atividades do programa para a DEBS.

No ano de 2016, os *campi* do IFG ofertaram no total 305 (trezentos e cinco) bolsas de monitoria, distribuídas conforme o Gráfico 13. Em virtude do movimento paredista e de ocupação estudantil, alguns *campi* não concluíram o cronograma referente aos editais do segundo semestre, o que impactou quantitativo de concluintes com êxito tendo em vista a suspensão das atividades do Programa.

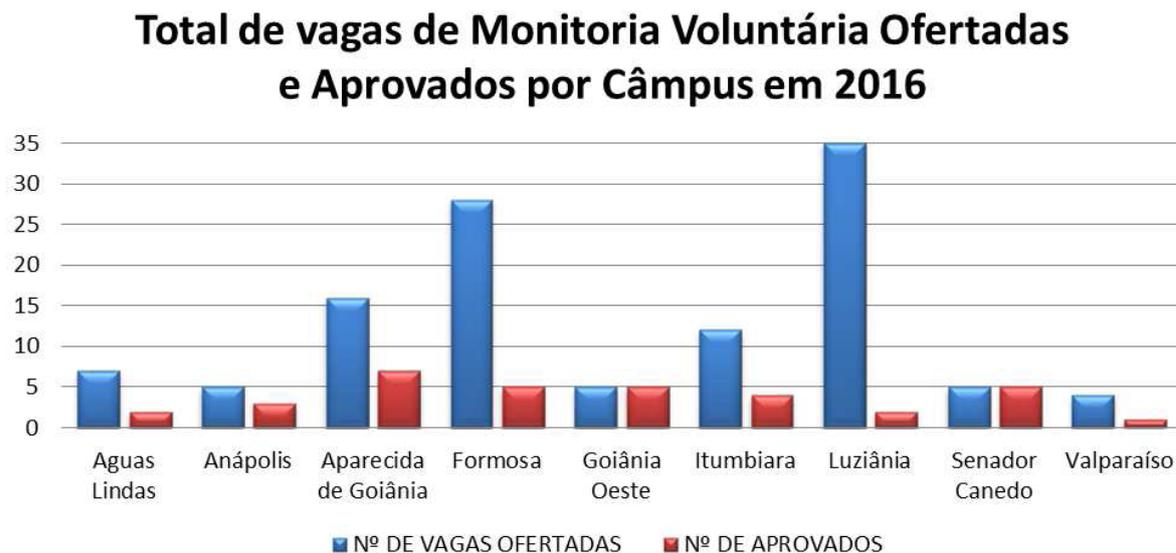
Foram ofertadas vagas de monitoria remunerada (com bolsa) e monitoria voluntária (sem bolsa).

Gráfico 13 – Distribuição das Bolsas de Monitoria nos *Campi*.



Fonte: Relatório de Gestão 2016.

Gráfico 14 – Total de Vagas de Monitoria (Voluntária) e Número de Aprovados - 2016.



Fonte: Relatório de Gestão 2016.

A Diretoria de Administração Acadêmica - DAA é responsável pela contratação e fiscalização do Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Q-Acadêmico), prestando todo o suporte e assessoria aos usuários do sistema nas atividades de administração acadêmica. Por meio da DAA foram desenvolvidos diversos sistemas computacionais:

O Sistema Visão IFG - foi desenvolvido em 2015 como o propósito de tornar-se uma extensão do Sistema Acadêmico do IFG para o fornecimento de relatórios para o acompanhamento e controle das atividades de gestão dos registros acadêmicos e pode ser acessado através do seguinte endereço: <https://visao.ifg.edu.br>. Em 2016, o número de relatórios foi ampliado, melhorando a disponibilização e apresentação dos números institucionais, totalizando 42 relatórios.

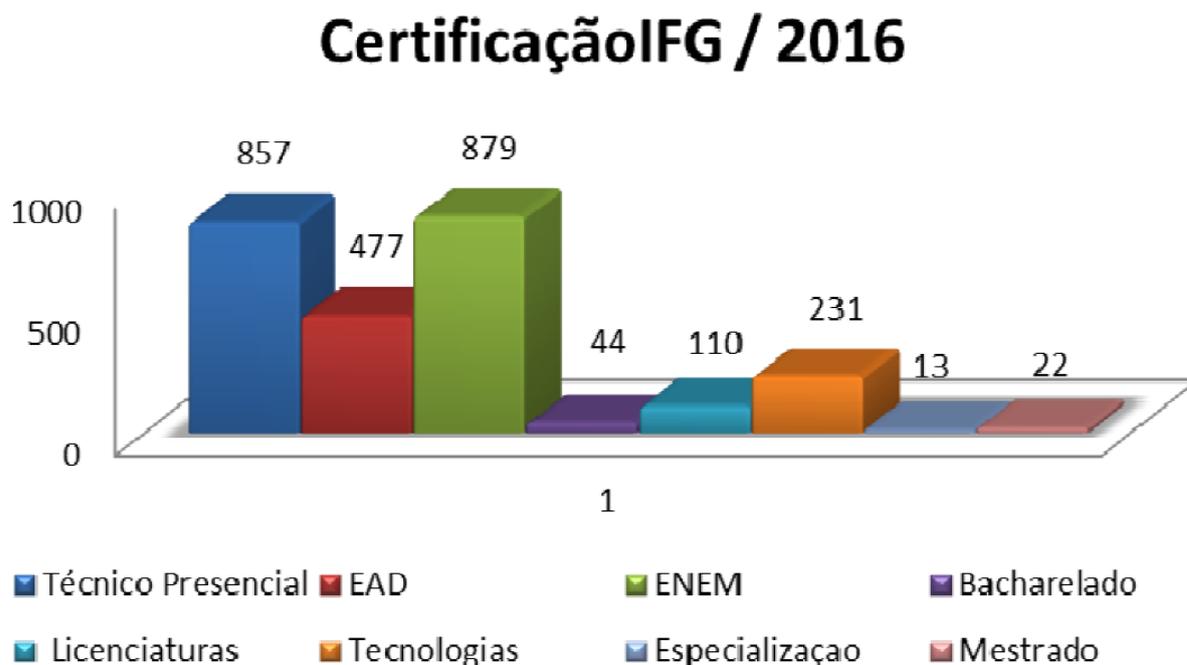
Aplicativo IFG Mobile para Dispositivos Móveis - O IFG Mobile é um aplicativo, desenvolvido no ano de 2016, que tem como objetivo apresentar o Instituto Federal de Goiás para toda a comunidade acadêmica, reunindo diversas informações relevantes sobre a instituição.

Atualmente é possível acessar o sistema de bibliotecas Web, consultar informações sobre os *campi*, cursos, telefones, notícias, dúvidas frequentes, calendários acadêmicos e conhecer os diversos regulamentos e procedimentos acadêmicos relacionados aos cursos do IFG e a vida acadêmica dos estudantes.

- A Coordenação de Registro de Diplomas está vinculada a DAA e no ano de 2016 realizou:

- Redução do prazo de entrega dos diplomas para 45 dias;
- Aprovação junto ao CONSUP da Resolução de colação de grau e criação do manual para a cerimônia;
- A emissão e registro de diplomas de graduação e certificados/diplomas pós-graduação.

Gráfico 15 – Número de certificações emitidas no IFG em 2016.



Fonte: Relatório de Gestão 2016.

A Procuradoria Educacional Institucional (PEI) é o setor do IFG, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino, que faz a interlocução entre o Ministério da Educação e a Instituição nos processos regulatórios no sistema eletrônico de Regulação do Ensino Superior (e-MEC) e é responsável, no âmbito do IFG, pelos censos educacionais e por assessorar os *campi* no que concerne ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). No ano de 2016 suas principais atividades foram:

- Acompanhamento do processo de recredenciamento do IFG: assinatura do Protocolo de Compromisso com vigência de 01(um) ano e articulação junto à Auditoria Interna para o cumprimento das ações firmadas;
- Reunião técnica para capacitação dos coordenadores de cursos superiores acerca das etapas e procedimentos dos processos de reconhecimentos de curso;

- Elaboração de fluxo/metodologia de autoavaliação a partir dos processos de Reconhecimento de Cursos Superiores em parceria ao trabalho da CPA – Comissão Própria de Avaliação;
- Apoio à CPA referente ao processo de Autoavaliação Institucional;
- Treinamento, via Webconferência, para os *campi* para a 1ª etapa/2016 do Censo da Educação Básica;
- Preenchimento do Censo da Educação Superior;
- Disponibilização de orientações acerca dos atos regulatórios da Educação Superior, Censos Educacionais e Relatórios de Avaliações Externas na página da Procuradoria: <http://www.ifg.edu.br/pei>.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID - do IFG vinculado à PROEN atende 285 alunos, de 14 subprojetos, em 09 *Campi* do IFG. O projeto engloba 08 áreas da licenciatura: Biologia, Ciências Sociais, Dança, Física, História, Matemática, Música e Química.

Em 2016, os bolsistas do IFG desenvolveram ações com a perspectiva de articular as licenciaturas com as escolas públicas do Estado de Goiás e de contemplar a iniciação à docência e a formação prática para o exercício do magistério.

Grupo PET Química: Educação, Ambiente e Sociedade

Principais atividades desenvolvidas:

- Projetos de pesquisa laboratoriais- Iniciação Científica;
- Participação nos Programas do *Campus*;
- Participação e/ou organização de Encontros e Eventos;
- Projetos para reduzir a evasão e retenção no curso de Licenciatura em Química e divulgação dessa situação aos alunos do curso;
- Visitas técnicas às empresas da região;
- Tutorias em disciplinas e oferta de minicursos e palestras;
- Educação Ambiental: Atuação no IFG e escolas da região;
- Recepção aos ingressantes do curso;

- Colaboração e participação de egressos do PET;
- Estudos internos do Grupo PET;
- Avaliações: Auto avaliação, avaliação da equipe, avaliação do tutor e avaliação dos discentes pelo tutor.
- Avaliações: Auto avaliação, avaliação da equipe, avaliação do tutor e avaliação dos discentes pelo tutor.

Além dessas atividades, houve a inserção da atividade intitulada "Colaboração e participação de egressos do PET", somando experiências ao grupo.

PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) é responsável pela gestão das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação do Instituto Federal de Goiás. A PROPPG é a instância responsável também por gerir as políticas relativas às bibliotecas dos *campi* do IFG, por meio do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG. Para isso, a PROPPG é constituída de duas diretorias e três coordenações: Diretoria de Pesquisa e Inovação; Diretoria de Pós-Graduação;

Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica; Coordenação da Editora IFG; e Coordenação-Geral de Bibliotecas.

Além dessas ações, a PROPPG, em conjunto com a Coordenação de Relações Internacionais (vinculada à Diretoria Executiva), também se responsabiliza pelo Programa Ciência sem Fronteiras, tendo o Pró-Reitor como Coordenador Institucional deste Programa.

Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização, com duração mínima de 360 horas. Os cursos de Pós-Graduação *latu sensu* oferecidos pelo IFG em 2015 foram: Especialização em Ensino de Ciências e Matemática; Especialização em Matemática; e Especialização em Políticas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O Curso de Mestrado Profissional em Tecnologia de Processos Sustentáveis, ministrado no *Campus* Goiânia, se enquadra na área interdisciplinar, contando em seu quadro

docente com professores de diversas áreas, como: Engenharia; Química; Física; Matemática; e Geociência.

O curso de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática, ministrado no *Campus Jataí*, se enquadra na área de Ensino.

O Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em rede nacional foi aprovado na 168ª reunião do CTC da CAPES. A elaboração da proposta deste curso foi conduzida por uma comissão constituída pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

O ProfEPT tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica aos profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Tem como público alvo profissionais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). A área de concentração desse Mestrado é Educação Profissional e Tecnológica - EPT, composta por duas linhas de pesquisa: Práticas Educativas em EPT e Gestão e Organização do Espaço Pedagógico em EPT.

Programa Institucional de Bolsas de Qualificação de Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (PIQS/IFG)

Este Programa foi criado em 2008, tem como objetivo, entre outros, viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, dos servidores do quadro permanente do IFG, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela Instituição em todos os níveis, desde os cursos técnicos até a pós-graduação.

Este apoio à qualificação do quadro de servidores do Instituto Federal de Goiás é realizado por meio da concessão de bolsas individuais aos docentes e técnico-administrativos que estiverem regularmente matriculados em programas presenciais de mestrado ou doutorado, recomendados pela CAPES. Estas bolsas, financiadas com recurso próprio da Instituição, tem uma duração máxima de 48 meses para o doutorado e de 24 meses para o mestrado.

Qualificação dos Servidores do IFG

A qualificação do quadro de servidores, docentes e técnico-administrativos, do Instituto Federal de Goiás é de grande importância para que a Instituição possa oferecer um serviço de qualidade à comunidade da região de atuação de cada *Campus*. A formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) é fundamental para que o IFG possa se consolidar como uma instituição de pesquisa e possa ampliar sua atuação na pós-graduação.

Nesta perspectiva, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação vem desempenhando uma importante tarefa ao acompanhar as atividades desenvolvidas pelos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* e na busca de parcerias para o oferecimento de mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER) para os servidores da Instituição.

Encontram-se em andamento os seguintes doutorados Interinstitucionais: Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Engenharia Eletrônica e Computação; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Geografia; Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Ensino de Ciências e Educação Matemática; Doutorado em Educação do Programa de Doutorado em Educação da Universidade de Santiago de Compostela (USC); Mestrados em Assessoria de Administração e de Contabilidade e Finanças em parceria com o Instituto Politécnico do Porto (IPP).

Acompanhamento dos Pós-Graduandos

Além do acompanhamento destes doutorados interinstitucionais, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação tem realizado o acompanhamento das atividades dos servidores afastados para pós-graduação *stricto sensu* em diferentes instituições. Os objetivos deste acompanhamento são: avaliar o desempenho do servidor em seu curso de pós-graduação; observar a consonância das atividades de pós-graduação com os interesses institucionais; e registrar a produção científica e acadêmica do servidor afastado.

Os servidores afastados apresentam relatório semestral das atividades desenvolvidas na pós-graduação, acompanhado de comprovante de matrícula como aluno regular do programa de pós-graduação no período em curso e histórico escolar. No decorrer do ano de 2016, um número total de 198 servidores estiveram de licença para cursar pós-graduação *stricto sensu*, sendo que um deles se afastou para estágio pós-doutoral.

Em 2016, 25 servidores que estiveram de licença para qualificação e/ou usufruíram de bolsa do Programa PIQS concluíram o doutorado e 19 o mestrado.

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás possui cinco modalidades:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas – PIBIC-Af;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio – PIBICEM;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI;
- Programa Institucional de Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC.

No final de 2016, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica totalizava 214 bolsas. Dos 411 projetos recomendados ao Programa Institucional de Bolsas de ICT, foram solicitadas 583 bolsas (155 PIBIC, 22 PIBIC-Af, 62 PIBITI e 344 PIBIC-EM), sendo recomendadas 465 bolsas (130 PIBIC, 13 PIBIC-Af, 51 PIBITI e 271 PIBIC-EM) para os diferentes Campi do IFG.

Das 465 solicitações de bolsas recomendadas, foram implementadas 163 bolsas do CNPq (23 PIBIC, 2 PIBIC-Af, 8 PIBITI e 130 PIBIC-EM) e 51 com orçamento da própria Instituição (15 PIBIC, 6 PIBIC-Af e 30 PIBITI).

Além dos alunos bolsistas, os projetos de Iniciação Científica e Tecnológica contaram com a participação de 276 alunos voluntários. Para atender à demanda de bolsa e de participação em eventos, a PROPPG investiu, em 2016, um montante total de R\$ 248.747,00 – somado o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica e o Programa Institucional de Incentivo para Estudantes do IFG Apresentarem Trabalhos em Eventos Científicos e Tecnológicos.

Coordenação-Geral de Bibliotecas

O Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás constitui-se do conjunto de bibliotecas do IFG, organizadas de modo funcional e operacionalmente interligadas, com o objetivo de otimizar serviços e adotar padrões unificados de

funcionamento das bibliotecas, visando oferecer suporte bibliográfico às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As bibliotecas do Instituto Federal de Goiás têm por finalidade a democratização do conhecimento por meio de suas instalações, de seu acervo, de seus recursos humanos e dos serviços aos usuários, atuando como suporte do processo ensino-aprendizagem, à pesquisa e extensão como oportunidade de atualização e lazer.

Dentre as principais atividades desenvolvidas nas bibliotecas do IFG estão: Consulta ao Terminal Web; Elaboração de Ficha Catalográfica; Empréstimo Domiciliar de Livros; Empréstimo Domiciliar de Multimeios (CD's e DVD's); Empréstimos entre Bibliotecas; Levantamento Bibliográfico; Normatização de Trabalhos Acadêmicos; Orientação/Treinamento ao uso do portal de periódicos Capes; Reserva de Item do Acervo; Sugestão de Aquisição e; Treinamento do Usuário.

Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG)

O Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores do IFG (PIPECT/IFG), aprovado pela Resolução Nº 37, de 22 de novembro de 2010, do Conselho Superior, tem como objetivo: promover a apresentação e divulgação dos resultados das pesquisas realizadas pelos servidores do quadro permanente do IFG em eventos científicos e tecnológicos; e contribuir para o incremento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFG.

Para solicitar este auxílio o servidor deverá, dentre outros requisitos, possuir projeto de pesquisa cadastrado na Instituição, ou ser orientador no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica ou fazer parte do corpo docente da pós-graduação do IFG, além do fato de possuir trabalho aceito pelo Comitê Científico do evento.

Em 2016, foi concedido auxílio financeiro para 72 servidores, docentes e técnico administrativos, participarem em eventos científicos e tecnológicos realizados no Brasil e no exterior, o que totalizou um investimento no valor de R\$ 235.091,73..

Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (PROAPP/IFG)

O Programa de Apoio à produtividade em Pesquisa do IFG (PROAPP) tem como objetivo incrementar a pesquisa científica e tecnológica no Instituto Federal de Goiás, por

meio da concessão de uma bolsa individual de incentivo à Produtividade em Pesquisa aos servidores com titulação mínima de mestrado, em função do mérito da proposta apresentada. Além disso, o PROAPP tem como meta: possibilitar o envolvimento de forma direta de estudantes no mundo da pesquisa, por meio de sua participação nas pesquisas desenvolvidas pelos servidores.

EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG busca aperfeiçoar sua concepção e estabelecer critérios de atuação em busca do estreitamento dos laços entre a Instituição e a comunidade acadêmica, por meio da atuação de suas diretorias: Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas e Diretoria de Ações Sociais, realizando atividades estruturantes em termos de assessoramento à formação profissional e atuação no mercado de trabalho, fortalecimento das políticas de estágio e extensão, ampliação de convênios institucionais e coordenação dos eventos institucionais.

A Pró-Reitoria de Extensão coordenou ações relacionadas à construção da Política de Extensão, a organização do Seguro Estudantil, do Estágio Supervisionado, estabelecimento de Convênios junto a instituições públicas, privadas e da sociedade civil, Assistência Estudantil e solicitação de registro dos cursos oferecidos pela Instituição junto aos conselhos profissionais. Também elaborou orientações para o desenvolvimento de ações internas de Extensão, como Projetos de Extensão e Cursos de Extensão, política de assistência estudantil, regulação do fluxo das ações de extensão, bem como atuou na coordenação dos Eventos Institucionais. Tais ações visam fortalecer a atuação desta Instituição junto às comunidades e, ao mesmo tempo, favorecer a formação crítica e cidadã dos estudantes. Também atuou na política de acompanhamento dos egressos.

ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) por meio da Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas (DAPT) é responsável pelo acompanhamento dos egressos no IFG. O PDI (2012-2016) estabelece o acompanhamento de egressos na seguinte diretriz da extensão:

“ações que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários no mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão da Instituição”. Nesta perspectiva a DAPT trabalhou na consolidação da Política de Acompanhamento de Egressos, criando os indicadores e os instrumentos para coleta de dados bem como o Portal do Egresso e Mundo do Trabalho.

A Política de Acompanhamento de Egressos foi regulamentada pela Portaria nº 2.712 de 20 de dezembro de 2016 que tem por finalidade disciplinar e orientar as ações voltadas para o acompanhamento dos ex-alunos, as competências de sua administração e as áreas de interação com os demais procedimentos acadêmicos. Além disso, subsidia a criação dos indicadores que serão utilizados para realizar o acompanhamento de egressos. Este documento foi discutido com a comunidade acadêmica e passou pela consulta pública entre os dias 10 a 31 de outubro de 2016.

3.3.2 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

A assistência ao estudante tem como finalidade suprir a necessidade básica, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola, com iniciativas típicas de assistência social, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do estudante na Instituição.

Os principais resultados alcançados com a concessão do auxílio financeiro para os estudantes, consolidaram no IFG a política de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa através do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do IFG – PBIC/IFG, a participação em eventos científicos e tecnológicos e a experiência na prática dos conteúdos teóricos apreendidos.

O IFG também proporcionou a permanência do estudante carente na Instituição, oferecendo Bolsas de Estudos e Monitoria, juntamente com os ambientes adequados ao aprendizado, tais como: bibliotecas, laboratórios de informática com acesso à Internet e específicos das áreas tecnológicas, atividades esportivas e culturais, dentre outras.

As bolsas são concedidas por meio de seleção de projetos das diversas áreas de atuação do IFG, garantindo a participação do corpo discente nos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizados por servidores (docentes e técnico-administrativos) por meio do pagamento de bolsas de estudos com recursos do CNPq e do orçamento da Instituição.

Os programas de apoio pedagógico e financeiro tradicionalmente implementados pela Instituição, através das bolsas de monitorias, de estudo/trabalho e de estágio, foram ampliados nos últimos anos com a aprovação do programa institucional de bolsas de iniciação científica e tecnológica, PIBIC e PIBIT, a participação nos programas da CAPES e CNPQ e com as bolsas de iniciação à docência, PIBID nos cursos de licenciatura.

Todas essas ações visam estimular a permanência do estudante, a ampliação das práticas pedagógicas e de formação profissional e cidadã do discente. Ao mesmo tempo, se constituem em importantes mecanismos de inserção do estudante na vida acadêmica institucional. Para o período de vigência do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, 2012 a 2016, estão previstas as seguintes ações:

- Criar a coordenação de apoio pedagógico ao estudante no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas, complementando a estrutura organizacional do ensino nos *Campi*.
- Sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio das bolsas de assistência social, de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando-se o acompanhamento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades de trabalho desenvolvidas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-Reitorias envolvidas.
- Readequar o regulamento de assistência estudantil ao estudante dos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- Publicar eletronicamente e manter atualizados os documentos da legislação acadêmica da Instituição aprovados no Conselho Superior.
- Estruturar programa institucional de iniciação à docência tendo como referência o programa PIBID da CAPES.
- Incluir no calendário acadêmico da Instituição período para realização de atividades pedagógicas discentes e docentes relevantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, por meio das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Estruturar política e programa de apoio pedagógico ao discente no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas com a participação dos docentes e técnico-administrativos, ampliando o atendimento ao estudante, a partir dos trabalhos desenvolvidos nos projetos de dedicação exclusiva e nas experiências acumuladas em cada *Campus*.
- Desenvolver trabalhos, campanhas de prevenção do uso de drogas, DSTs e educação sexual, trânsito, segurança e saúde do trabalhador, direitos e deveres civis,

preservação do meio ambiente e combate a violência nas suas diferentes formas, por meio de projetos e parcerias institucionais, com base em ações já desenvolvidas e articulando calendário de ações regulares.

- Disponibilizar Manual Acadêmico atualizado aos discentes com orientações sobre procedimentos acadêmicos e itens mais relevantes da legislação acadêmica, do organograma e do regimento institucional.

- Adequar os espaços escolares às necessidades dos estudantes portadores de necessidades especiais em cada *Campus*.

- Integrar as ações de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE) do MEC, criando os núcleos em todos os *Campi* e formas de preparar e qualificar todos os docentes e servidores técnico-administrativos que irão trabalhar com esse público.

- Criar o programa e implantar a biblioteca virtual do IFG, com a disponibilização de artigos, monografias e teses.

- Construir a casa do estudante em cada *Campus* para estudantes ingressantes do ensino técnico e superior maior de dezoito anos, oriundos de municípios distantes a mais de 100 quilômetros da Instituição e que comprovarem necessidade social, conforme critérios estabelecidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos.

- Sistematizar a política de concessão de apoio financeiro ao estudante por meio de programas de assistência estudantil (bolsas de estudo, auxílios financeiros etc.), de monitoria e de estágio da Instituição, assegurando o desenvolvimento de projetos de acompanhamento e desenvolvimento do desempenho acadêmico do discente bolsista nos estudos e nas atividades propostas, a partir de parâmetros definidos pelas Pró-Reitorias e profissionais envolvidos mediante avaliação continuada destes programas e projetos.

O IFG oferece assistência ao estudante com o objetivo de viabilizar a sua permanência em sala de aula e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico. Portanto, aprovar, garantir e ampliar a implementação de Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás devem receber a atenção de todos os segmentos que compõem a comunidade interna da Instituição e serem consagrados no Plano de Desenvolvimento Institucional. Nesse sentido, deverá ser oferecido apoio material aos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social por meio de bolsas de demanda social e de ações de apoio social, psicológico, médico e odontológico.

A partir de triagem das necessidades de saúde apresentadas pelos estudantes, são realizados:

- Atendimentos de urgências médicas e odontológicas de prioridade moderada a baixa.
- Consultas ambulatoriais programadas e previamente agendadas no Setor de Saúde do *Campus*.
- Encaminhamento das emergências ou urgências de prioridade absoluta (onde há risco de morte) aos serviços médicos e odontológicos existentes no município.

Com o objetivo de melhorar a qualidade das relações acadêmicas nas mais diversas situações de conflitos ou insatisfações, oferece-se aos estudantes do IFG um apoio e acompanhamento psicossocial, pautado nos preceitos da Psicologia Escolar e da Assistência Social. Dessa forma, busca-se identificar os diversos fatores que interferem na situação acadêmica do estudante e traçar ações “promocionistas”, preventivas e intervencionistas a fim de evitar ou reverter quadros de conflitos ou de insatisfações, sejam elas por parte dos estudantes, servidores ou comunidade externa.

As bolsas de apoio financeiro no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) são oferecidas a estudantes após a avaliação do seu perfil socioeconômico, priorizando-se aqueles que apresentem maior condição de carência. Esses estudantes apresentam uma contrapartida de vinte horas semanais, desenvolvendo atividades prioritariamente relacionadas à sua área de formação, prestando auxílio nos laboratórios, bibliotecas ou setores acadêmicos, de forma a também proporcionar-lhes uma complementação da aprendizagem e integração com atividades acadêmicas da Instituição.

Outra forma de bolsa existente refere-se às monitorias, ou seja, estudantes que apresentem bom desempenho acadêmico em disciplinas da área de Ciências, como Matemática, Física, Química e Biologia, prestam apoio a estudantes com maior dificuldade de aprendizagem. Dessa forma, os monitores são desafiados a auxiliar os colegas com maior dificuldade, bem como, a também ampliar os seus próprios conhecimentos.

O IFG mantém um programa de auxílios financeiros, que visam incentivar o estudo e a permanência do estudante no Curso. Atualmente, são mantidas três modalidades de auxílio estudantil, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) cada.

O **Auxílio Alimentação** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que necessitam de auxílio financeiro para alimentar-se durante sua permanência no IFG. O **Auxílio Transporte** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que necessitem de auxílio financeiro para viabilizar o deslocamento da sua residência para o IFG. E o **Auxílio Permanência** tem periodicidade mensal e é destinado aos estudantes que possuem

comprovada necessidade financeira específica ou emergencial, que não estão contempladas com os auxílios Alimentação e Transporte.

A quantidade de estudantes beneficiados por *Campus* do IFG é definida anualmente pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Administração e são disponibilizados por meio da publicação de editais que podem ser consultados no link <http://www.ifg.edu.br/extensao/index.php/extensao-acoes-sociais/extensao-assistenciaoestudante>.

Para o ingresso nos cursos ofertados pelo IFG, o estudante pode optar por participar dos processos seletivos (ensino médio) e vestibulares (ensino superior) pelo Sistema Universal (livre concorrência) ou pela Reserva de Vagas (Lei nº 12.711/2012). O IFG estabelece cota de 50% para estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino, na qual está prevista também a opção de autodeclaração de raça/etnia (preto, pardo ou indígena). Os outros 50% das vagas são destinados à livre concorrência entre os inscritos.

A respeito das políticas de atendimento aos estudantes, a pesquisa *online* buscou saber:

- a concepção que têm os Discente da Pós-Graduação e do Ensino Superior a respeito das **Bibliotecas** dos *Campi* (espaço físico, informatização, horário de atendimento, atendimento aos usuários, acervo, periódicos e revistas especializadas).
- a percepção que têm os Docentes sobre os projetos de **Extensão** (viabilização dos projetos).

3.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Seguindo a mesma abordagem do relatório anterior (parcial), será apenas comentada a Dimensão cinco para este eixo. Conforme o Art.3º da Lei nº 10.861, a Dimensão V se refere:

“V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;”

3.4.1 Dimensão 5: Política de Pessoal

Conforme o Organograma Institucional, a Administração do IFG tem como órgãos superiores o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e

Extensão, sendo que a presidência desses conselhos é exercida pelo Reitor. É importante ressaltar, no entanto, que o IFG é organizado numa estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *Campus* e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é composto por representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da Instituição, da sociedade civil organizada, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFG, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo composto pelo Reitor, Pró-Reitores e Diretor-Geral de cada um dos *Campi* que integram o Instituto Federal. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Goiás é um órgão consultivo e de proposição de ações para as políticas institucionais inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.

O Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás dispõe sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento da Instituição, logo, também do Colégio de Dirigentes, do Conselho Superior e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O IFG tem como órgão executivo a Reitoria, composta pelo Reitor, pelo Diretor-Executivo (substituto do Reitor) e 5 (cinco) Pró-Reitores. Podem ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

A Reitoria, como órgão de administração central, pode ser instalada em espaço físico distinto de qualquer um dos campi que integram o IFG, desde que previsto em seu Estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

O Instituto Federal de Goiás tem trabalhado para o funcionamento das instâncias consultivas e deliberativas da Instituição, tais como o Colegiado de Departamentos, o Conselho Departamental das Áreas Acadêmicas, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, as Câmaras Temáticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Colégio de Dirigentes e a sua instância máxima, o Conselho Superior, atuando na proposição e aprovação de regulamentações que disciplinam e orientam as ações institucionais.

O organograma do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás está estruturado conforme a seguir.

Quadro 4 - ORGANOGRAMA DO IFG

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências
Conselho Superior	De caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. É composto por 30 (trinta) membros, com mandatos de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se o Reitor, que é membro nato e presidente do Conselho.
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com a seguinte composição: a) o Reitor, como presidente; b) os Pró-Reitores; c) os Diretores-Gerais <i>dos campi</i> .
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Órgão consultivo e de proposição de ações e políticas institucionais referentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Federal de Goiás.
Comissão Própria de Avaliação – CPA	Comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, pela sistematização e pela prestação de informações referentes à avaliação institucional, visando ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.
Comissão de Ética	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor público, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, por promover apuração do comprometimento ético e por aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente da Instituição.
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos – CIS	Comissão permanente autônoma e regida por regulamento próprio responsável por prestar assessoramento ao Conselho Superior e à Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo da instituição.
Diretoria Executiva	É o órgão de assessoramento direto à Reitoria, responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Auditoria Interna	É o órgão de assessoramento à Reitoria responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, assim como pela racionalização das ações no âmbito de todo o Instituto, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.
Procuradoria Federal	É o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e outras atividades de que a lei dispõe, caracterizando-se como Procuradoria especializada, nos termos previstos no Artigo 10, § 3º, da Lei nº. 10.480/2002, observada a legislação pertinente.
Gabinete	É o órgão subordinado à Reitoria responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria.
Pró-Reitoria de Ensino	É o órgão subordinado à Reitoria responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação para o cumprimento do Plano de

	Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.
Pró-Reitoria de Extensão	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de estágio, inserção, valorização e interação dos profissionais formados pela Instituição com o mundo do trabalho, pela proposição e condução das políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores, política de assistência estudantil, bem como pela proposição e desenvolvimento de toda política de extensão para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Compromissos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Pró-Reitoria de Administração	É o órgão responsável pela proposição e condução das políticas de gestão administrativa, patrimonial, de suprimento de bens e serviços e de aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional e das Metas e Objetivos estabelecidos no âmbito de todo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	É o órgão responsável pela proposição e sistematização do planejamento estratégico da Instituição, pela proposição e condução das políticas de gestão de pessoal, tecnologia da informação, pelo levantamento, atualização, sistematização e avaliação dos dados estruturais para subsídio à definição das políticas institucionais, bem como pela compilação dos dados de desempenho da Instituição no âmbito de todo o Instituto Federal de Goiás.

Fonte: Relatório de Gestão 2016.

3.5 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Seguindo a mesma abordagem do relatório anterior (parcial), será apenas comentada a Dimensão cinco para este eixo. Conforme o Art.3º da Lei nº 10.861, a Dimensão VII se refere a:

“VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física

A seguir será apresentada a percepção dos discentes em relação à infraestrutura física:

- ✓ Nas questões que abordam as instalações físicas, as respostas indicam que a maioria dos estudantes consideram os itens: Iluminação e Limpeza entre Adequado e Plenamente Adequado. Mas, as respostas para Mobiliário, Acessibilidade e nível de ruído/barulho tiveram um índice de expressivo para Pouco Adequado. Também, as respostas para Ventilação chegou ao índice de 14,52% para inadequado.

Quadro 5 – Instalações Físicas - Iluminação

INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Iluminação		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Plenamente Adequado	153	13,97%
Muito Adequado	157	14,34%
Adequado	429	39,18%
Pouco Adequado	96	8,77%
Inadequado	24	2,19%
Desconheço	1	0,09%
Sem resposta	6	0,55%

Quadro 6 – Instalações Físicas - Limpeza

INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Limpeza		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Plenamente Adequado	247	22,56%
Muito Adequado	233	21,28%
Adequado	312	28,49%
Pouco Adequado	56	5,11%
Inadequado	13	1,19%
Desconheço	0	0,00%
Sem resposta	6	0,55%

Quadro 7 – Instalações Físicas - Mobiliário

INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Mobiliário		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Plenamente Adequado	138	12,60%
Muito Adequado	175	15,98%
Adequado	401	36,62%
Pouco Adequado	121	11,05%
Inadequado	24	2,19%
Desconheço	2	0,18%
Sem resposta	6	0,55%

Quadro 8 – Instalações Físicas – Ruído/Barulho

INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Nível de ruído/barulho		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Plenamente Adequado	119	10,87%
Muito Adequado	120	10,96%
Adequado	371	33,88%
Pouco Adequado	164	14,98%
Inadequado	81	7,40%
Desconheço	6	0,55%
Sem resposta	6	0,55%

Quadro 9 – Instalações Físicas - Ventilação

INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Ventilação		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Plenamente Adequado	88	8,04%
Muito Adequado	123	11,23%
Adequado	280	25,57%
Pouco Adequado	206	18,81%
Inadequado	159	14,52%
Desconheço	5	0,46%
Sem resposta	6	0,55%

Quadro 10– Instalações Físicas - Acessibilidade

INSTALAÇÕES FÍSICAS		
Acessibilidade		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Plenamente Adequado	180	16,44%
Muito Adequado	171	15,62%
Adequado	345	31,51%
Pouco Adequado	121	11,05%
Inadequado	33	3,01%
Desconheço	11	1,00%
Sem resposta	6	0,55%

3.6 DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO

Aqui são apresentados diagnósticos com os temas mais comuns que foram levantados por meio dos Questionários de Autoavaliação Institucional 2016, somados a informações recebidas das Subcomissões Locais de Autoavaliação (SLAs) dos *campi* do IFG, bem como informações dos relatórios parciais de permanência e êxito dos *campi* do IFG. A CPA procurou, na medida do possível, manter neste relatório a apresentação das críticas e sugestões na forma que elas foram recebidas, mantendo o respeito aos participantes da pesquisa e à instituição.

3.6.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Diagnóstico: Problemas ou Desafios Identificados

- Falta de conhecimento pela maioria dos discentes sobre os itens avaliados neste instrumento de avaliação.
- Questionário muito grande; Algumas questões não ficaram claras ou não são de conhecimento de todos os alunos;

Ações: Propostas de Solução para os problemas identificados

- Divulgação de informações de itens com pouco conhecimento dos discentes presentes no questionário;
- Dividir o questionário em duas avaliações; Reformulação de algumas questões e melhor divulgação de questões pouco respondidas;

3.6.2 Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

Diagnóstico: Problemas ou Desafios Identificados

- Desconhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Falta de atratividade dos cursos oferecidos;
- Dificuldades na Gestão de Pessoas;
- Diminuir a Carga horária dos professores que estão em gestão administrativa;
- Aproximação da Reitoria com os câmpus do interior para atendimento das demandas específicas de cada campus e da Direção-Geral com os discentes;
- Pouca divulgação dos cursos, dos resultados produzidos e da produção docente;
- Melhorar os serviços dos Campus quando em greves e ocupações.

Ações: Propostas de Solução para os problemas identificados

- Divulgação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Oferta de cursos mais atrativos para o mercado de trabalho;
- Capacitar os servidores em Gestão de Pessoas, para os cargos administrativos;
- Rever a resolução 09 de jornada de trabalho;
- Maior presença da Reitoria e dos Pró-reitores nos Campus e da Direção-Geral com os discentes;

- Melhorar a propaganda da instituição. Divulgar produção/prêmios e eventos da comunidade. Implementar campanha sobre o papel social do IFG; Modernizar na divulgação do IFG utilizando mais as mídias;
- Garantir a biblioteca como serviço essencial;

3.6.3 Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Diagnóstico: Problemas ou Desafios Identificados

- Transferência de entrada anual para SEMESTRAL;
- Faltam eventos e visitas técnicas. Falta de palestras e atividades extra curriculares;
- A instituição não oferece praticas de ensino a todos os discentes. Carência de atividades extraclasse e que são fundamentais para o conhecimento do discente - experiência prática;
- Falta maior apoio para eventos, congressos;
- Melhorar a oferta de disciplinas optativas;
- O IFG precisa de um repositório de monografias dos cursos técnicos, superior e de pós-graduação;
- Faltam mais opções de cursos e mestrado;
- "Acredito que já exista, (porém não vejo efetividade) mas se faz necessário uma ponte entre os alunos e as empresas e instituições para estágio. Relação instituição empresa: Há pouquíssima divulgação de vagas de trabalho dentro da instituição, tanto em áreas voltadas para a docência em química, quanto voltado a trabalho em laboratórios e industrias."
- Não há incentivo ou assistência para estágios. Pouca vaga de estágio dentro e fora do Campus;
- Problemas de relacionamento docente/técnico-administrativo/discente;
- Desorganização e falta de comprometimento dos funcionários da portaria para alunos;
- Liberação dos auxílios estudantis sem atrasos;
- "Não tem muita informação sobre estágios e nem muito apoio com auxílios. Gostaria que também houve-se mais oportunidades de estágio, que a instituição se empenha-se

mais para trazer cada vez mais oportunidades de estágio, fazer parcerias com empresas para criar novas chances para o aluno se integrar no mercado profissional."

- "Realizar com mais frequência ouvidorias com os alunos para saber realmente suas necessidades"
- "Os alunos do superior noturno tem muita dificuldade de acesso a serviços burocráticos no campus."
- "Ensinar a alguns servidores a importância da ética profissional para o Servidor Público (referência à politização). O IFG consiste num amontoado de servidores descompromissados e que só pensam em fazer greve para militar a favor do Partido dos Trabalhadores e/ou quaisquer causas que justifiquem um período de férias a mais para seus servidores. Uma vergonha."
- Professores que lecionam disciplinas que não são de suas áreas de domínio; melhorar a didática e as formas de avaliação utilizadas pelos docentes; Falta de um mestrado na região do entorno de Brasília; Política de divulgação e incentivo a iniciação científica e formação continuada, visitas técnicas, palestras e eventos institucionais; Mais atividades de pesquisa e extensão;
- Maior transparência dos serviços prestados; Divulgação de eventos e atividades;
- Falta de funcionários no atendimento noturno;
- Fazer visitas técnicas;
- Dificuldade em acessar os recursos do PIPECT;
- Dificuldade no desenvolvimento de projeto de extensão e eventos;
- "Ampliar as possibilidades de Comunicação social";
- Falta de divulgação na cidade e no estado de Goiás sobre os cursos do IFG;
- A DTI deve ser prioridade numa instituição tecnológica que até hoje não tem nenhum tipo de atendimento online ao aluno.

Ações: Propostas de Solução para os problemas identificados

- Oferta de disciplinas semestrais;
- Criar mecanismos de incentivo a atividades extracurriculares como pontuação no RSC ou facilidade de promoção para os servidores que se engajarem;
- Ampliar a oferta de disciplinas optativas;
- Criar Repositório de TCC/Teses;
- Ampliar a oferta de do *strictu sensu*;

- Melhorar a gestão da parceria IFG/Empresas;
- Capacitar servidores/Docentes em Gestão, atendimento e ética;
- Liberação dos auxílios estudantis sem atrasos;
- Melhorar a gestão da parceria IFG/Empresas com uma central de estagio;
- Ampliar a frequência dos questionários da CPA;
- Readaptar a carga diária dos setores que atendem os alunos para que fiquem abertos no período noturno;
- Capacitar servidores/Docentes em Gestão, atendimento e ética e Motivação;
- Obrigatoriedade para que o professor somente leccione disciplinas de sua formação ou área do concurso; capacitação docente em didática e formas de avaliação; implantação de mestrado na região do entorno de Brasília; Melhorar a divulgação e incentivo a iniciação científica e formação continuada, visitas técnicas, palestras e eventos institucionais; Diminuir carga horaria em sala de aula e contabilizar melhor atividades de pesquisa e extensão na carga horaria docente; Oferta de bolsas de pesquisa e extensão para discentes e docentes para incentivar;
- Melhorar a divulgação no site do IFG; Melhorar a divulgação de eventos e atividades;
- Contratação de servidores;
- Otimizar dos processos relacionados as visitas, melhorar o planejamento das atividades cumprindo os regulamentos vigentes na instituição;
- Ampliar o acesso ao PIPECT, tanto de servidores como de alunos;
- Estimular o envolvimento efetivo de todos os servidores nas propostas de cursos de extensão; Ampliar políticas de extensão. Melhorar a articulação do corpo docente e da gestão, desenvolver uma cultura de planejamento e ampliar os recursos para eventos;
- Fazer cobertura efetiva dos acontecimentos mais relevantes da instituição; melhorar a divulgação das ações realizadas pelos docentes e discentes como apresentação de trabalhos; Desenvolvimento de um programa de divulgação dos cursos nas escolas da região durante todo o ano, e não apenas na época das inscrições para seleção, pois muitas pessoas acham que nossos cursos são pagos;
- Utilização das mídias para divulgação dos cursos e dos resultados do IFG, principalmente, outdoors, rádio, TV, sites institucionais, redes sociais, etc;
- Garantir atendimento online aos servidores e alunos;
- Melhorar o Q-acadêmico;

3.6.4 Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Diagnóstico: Problemas ou Desafios Identificados

- "A maioria dos professores nunca trabalhou no campo e por isso dá aulas muito distantes da realidade"
- Alguns professores precisam melhorar sua didática. Mais clareza nas explicações, Aulas mais práticas e dinâmicas. Quanto aos professores, sugiro que haja uma maior acompanhamento quanto a didática e formas de avaliação utilizadas pelos mesmos. Há matérias em que a didática está defasada e não satisfatória assim como as formas de avaliação. Alguns professores, protegidos pela estabilidade do serviço público, utilizam a reprovação como instrumento de opressão e poder. Relação docente aluno: uma pequena parte dos professores executam tarefas primordiais para um docente como, planejamento de suas aulas, correção de provas e avaliações, devolução de avaliações corrigidas, ou se quer motivos de notas e/ou reprovações
- "Didática de alguns professores que são de um departamento diferente do curso da turma que estes ministram suas aulas, estes não compartilham da visão e direção do curso. Ministrando ou tornando Obrigatório aos professores Cursos de DIDÁTICA e relacionamento aos estudantes."
- Muitos dos professores tem faltado e não avisam com antecedência. Acredito que seria muito importante avaliar melhor os professores quanto à frequência em sala de aula, pois algumas vezes alguns (poucos) deles faltam muito e ministram pouco ou nenhum conteúdo;
- Desinteresse por parte do professor no ensino de disciplina importante;
- "Gostaria que a biblioteca abrisse às 7 horas e fechasse às 22 horas!";
- Biblioteca aos fins de semana;
- Melhorar o ambiente da biblioteca no sentido de evitar os altos ruídos advindos do curso de Música que atrapalha bastante os estudantes;
- Protocolo que funciona apenas no período diurno, os alunos do noturno ficam aquém. CORAE possui um horário de atendimento muito limitado;

- Sobrecarga de responsabilidades de professores, pois a sobrecarga limita a atuação e a busca de mais conhecimento;
- Cursos semestrais com entrada anual; Transparência na Reitoria;
- Ausência de integração entre servidores;
- Falta coordenação de eventos;
- Falta de investimentos em desenvolvimento de softwares.

Ações: Propostas de Solução para os problemas identificados

- Dar Peso maior a experiência profissional na seleção de professores;
- Criar mecanismos de incentivo ao professor na melhoria continua de sua didática;
- Melhorar o controle de frequência dos servidores/professores;
- Criar mecanismos de incentivo ao professor na melhoria continua de sua didática;
- Ampliar horário de funcionamento da biblioteca;
- Alterar *Layout* da Biblioteca com isolamento acústico;
- Ampliar horário de funcionamento destes setores;
- Contratação de pessoal;
- Ofertar disciplinas com alto índice de reprovação em cursos de verão; Aumentar a transparência na Reitoria;
- Criar momentos de encontro e diálogo entre os servidores de diferentes setores pode ser muito construtivo, mas infelizmente tem acontecido apenas para discutir assuntos tensos e estressantes em situação de crise. As atividades culturais, de formação e extensão existem e são de qualidade, mas ou são durante o expediente e o servidor não pode deixar seu local de trabalho ou são fora do horário de trabalho e falta estímulo para o servidor chegar antes ou ficar após o expediente para participar;
- Criar Coordenação de Eventos;
- A DTI precisa de mais investimento para responder as demandas de software mais rapidamente.

3.6.5 Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

Diagnóstico: Problemas ou Desafios Identificados

- "Existe a necessidade de um refeitório no campus, pois estudo em uma sala com um refrigerador e dois microondas. Fato gerado pela falta de consideração dos funcionários técnicos administrativos para com os alunos do ensino médio. Os funcionários não aceitam que os alunos realizem e armazenem sua refeição no mesmo local que eles. Isso gera muito transtorno, sendo um deles a ocupação da sala de aula como refeitório dos estudantes. Além disso no calor é insuportável, já que não temos ventiladores nas salas."
- "Ar-condicionado. Realizar manutenção dos ar condicionados constantemente";
- Algumas salas estão sem numeração, poderiam ser colocadas novas placas para uma identificação mais rápida;
- "Volta as catracas na entrada dos alunos e fazer funcionar, para poder ter mais segurança para quem entra na instituição. Encontrar uma forma de não deixar qualquer um entrar nos recintos da instituição, atualmente qualquer um entra sem a devida fiscalização ou registro de que é visitante."
- "Estacionamento para alunos e servidores. A sugestão seria realizar uma parceria com o Parque Mutirama para utilizar o estacionamento do mesmo que atualmente está sem utilização."
- Calor em sala de aula; Melhorar a iluminação e arborização; Acervo da biblioteca não está adequado, os livros são desatualizados e a quantidade é insuficiente, falta de periódicos e revistas especializadas; Qualidade dos banheiros; Salas com poucas tomadas; Pombos nos prédios;
- Infraestrutura dos laboratórios deficiente;
- Falta do refeitório / Cantina;
- Falta de organização na manutenção dos banheiros (interdição simultânea de todos) / limpeza da quadra;
- Teatro e Quadra inacabados;
- Falta de manutenção constante em lâmpadas e ar-condicionado;
- Mudar a biblioteca para espaço mais apropriado;
- Ausência de espaço físico apropriado para os docentes realizarem atendimento e orientação de alunos;
- Falta de ar condicionado nas salas de aula;
- Deficiência / ausência de espaços de convivência.

Ações: Propostas de Solução para os problemas identificados

- Construir Refeitório / Reabrir o Refeitório onde já existia;
- Construir o espaço dedicado à cantina / Instalar a cantina;
- Ampliar a climatização das salas;
- Manutenção da identificação das salas;
- Manutenção das catracas/control de acesso;
- Ampliar estacionamento;
- Instalação de ar-condicionado nas salas; Ampliar a iluminação e arborização; Compra de livros e revistas com indicação dos professores; Melhorar a limpeza dos banheiros e não deixar faltar produtos (papel e sabonete); instalar mais tomadas nas salas; Remover os pombos;
- Melhorar os processos de planejamento e a alocação de recursos visando atender às demandas apresentadas pela comunidade no que tange à infraestrutura física, observando os problemas apontados;
- Melhorar o planejamento das atividades de limpeza e manutenção dos espaços visando não prejudicar o desenvolvimento de outras atividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Própria de Avaliação conduziu a autoavaliação institucional referente ano de 2016, produzindo o Relatório de Autoavaliação Institucional em seu formato parcial para avaliar parte das dez dimensões do SINAES. De forma semelhante ao ano anterior (2015), a CPA se deparou com fatores que influenciaram nas atividades previstas, tais como restrições no orçamento do IFG, que impactou nas reuniões da Comissão e a ocupação por estudantes seguida de greve dos servidores, que ocasionou mudança nos calendários acadêmicos de 2016, fazendo com que diversas subcomissões locais e membros da CPA interrompessem suas atividades, alterando, assim o cronograma previsto para a conclusão das análises. Entretanto, esta Comissão conseguiu aplicar os questionários de autoavaliação institucional para os segmentos Técnico-Administrativos, Discentes, Docentes, Gestores e Comunidade Externa. Para tanto, contou com o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e de seus representantes titulares, bem como a colaboração de suplentes para elaborar, conduzir e apresentar o resultado da pesquisa apresentado no presente relatório.

Os questionários de autoavaliação *online* estiveram disponibilizados à comunidade, no período de 19 de setembro de 2016 a 03 de fevereiro de 2017 e contou com a divulgação por meio da Diretoria de Comunicação Social do IFG. Para complementar esses dados, foram inseridos, de acordo com a necessidade, elementos demonstrativos do Relatório de Gestão 2016, informações do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, informações de diagnósticos solicitados às Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs) e Informações do Relatório de Permanência e Êxito compartilhado pela Procuradoria Educacional Institucional.

A pesquisa atual contou com o total de 2.608 participantes, o que representa 26,2% da participação esperada, com respostas distribuídas nos segmentos Técnico-Administrativos, Discentes da Graduação, Discentes da Pós-Graduação, Docentes, Gestores e Comunidade Externa. Mas, é importante ressaltar que, conforme preconiza a NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº 065, “*O processo de autoavaliação da IES deverá ser consolidado no Relatório de Autoavaliação Institucional, que tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.*” Esta cultura de autoavaliação encontra-se em fase de construção, haja vista que os processos de avaliação interna e externa ainda não foram bem assimilados pela comunidade acadêmica do IFG, desde o seu marco legal, a Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (SINAES).

Por outro lado, a CPA agradece o pronto atendimento da comunidade acadêmica do IFG ao responder o terceiro questionário *online* de autoavaliação disponibilizado nesta Instituição, que teve um acréscimo de participação geral de 89,9% em relação ao questionário anterior aplicado em 2012, quando recebeu um total de 1.373 respondentes da pesquisa.

Também, é importante ressaltar que a CPA do IFG passou por experiências que foram se somando, desde sua composição inicial, passando pela comissão anterior, reconstruída em caráter provisório por meio da Portaria nº 1.431, de 27 de agosto de 2012, até chegar à comissão atual, sendo esta formada por meio de processo eleitoral, com vistas a atender a determinação legal. Não obstante, a instituição conseguiu formar sua primeira comissão eleita e nomeada pela Portaria Nº 2235, de 1º de dezembro de 2014, sendo eleitos 5 membros Titulares (2 Docentes, 2 Discentes e 1 Técnico-Administrativo) e 3 Suplentes (2 Docentes e 1 Discente), além dos membros da Comunidade Externa, indicados pelo Conselho Superior, sendo 2 Titulares e 2 Suplentes. O Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução Nº 06, de 31 de março, de 2014, alterado pela Resolução CONSUP/IFG Nº 017 de 15 de outubro de 2015, prevê a composição equilibrada desta comissão sendo 2 representantes titulares e 2 representantes suplentes de cada segmento: Técnico-Administrativo, Docente, Discente e Sociedade Civil Organizada. Portanto, fica evidente que a cultura de autoavaliação institucional ainda precisa ser alcançada, haja vista que o processo eleitoral não conseguiu formar a CPA eleita, de maneira completa, por não haver na comunidade interna o quantitativo de agentes interessados em participar deste processo de extrema importância na instituição. Os percalços enfrentados pelas comissões, em seus momentos diferentes, revelam a necessidade de maior conscientização e comprometimento por meio de toda a comunidade acadêmica a fim de se formar a cultura de autoavaliação almejada.

Apesar das dificuldades encontradas, a CPA conseguiu constituir as Subcomissões Locais de Autoavaliação (SLAs) em todos os 14 *campi* da instituição, incluindo os recém-implantados. As SLAs são de extrema importância na condução do processo de autoavaliação na comunidade acadêmica de cada *campus* da instituição.

Ao serem publicados, os resultados desta avaliação devem constituir objeto de análise e discussão no Conselho Superior, Reitoria, Direção dos *Campi* e na comunidade acadêmica em geral, na perspectiva de produzir sentidos para a autoavaliação institucional, consolidando, assim, a cultura de participação democrática de todos os segmentos internos e da comunidade

externa, além de contribuir com o planejamento institucional do IFG, seu aprimoramento e o melhor desempenho nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

O presente Relatório de Autoavaliação Institucional referente ao ano de 2016 representa em si um resgate dos valores no sentido de construir esta cultura almejada, pois é resultado da ação harmoniosa e conjunta da CPA com a gestão da instituição e atende, em parte, a recomendação da comissão anterior no que se refere à composição equilibrada da CPA prevista no regulamento próprio.

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

- Disponibilização de espaço físico definitivo e exclusivo para a instalação da CPA e realização de reuniões e execução dos trabalhos específicos, com ambiente devidamente equipado com mobília, computadores, impressora/scanner, Internet e linha telefônica para ligações locais, DDD e para celulares.
- Aos docentes que atuarem na CPA: Redução da carga horária docente para se dedicar à CPA e aplicação dos Incisos I, II e III do Art. 51 do Regulamento anexo à Resolução Nº 09, de 1º de novembro de 2011, que trata da Jornada de Trabalho Docente do IFG; Aplicar o Fator de Ponderação de 40 pontos no Quadro **Pontuação para Ponderações das Atividades de Regência dos Servidores Docentes do IFG**.
- Aos servidores Técnico-Administrativos que atuarem na CPA: Destinação de 10 horas semanais para desenvolver as atividades específicas da CPA. Acompanhamento da Direção do *Campus* e da Reitoria para o cumprimento desta carga horária.
- Designação de servidores técnico-administrativos e/ou estagiários e docentes da área de Matemática/Estatística para participarem das reuniões da CPA Central como secretários eventuais e colaboradores.
- Criação do Selo CPA para promover a divulgação das melhorias decorrentes do processo de Autoavaliação Institucional desenvolvido pela CPA.
- Concessão de gratificação legal e compatível com o cargo ao Presidente da Comissão Própria de Avaliação, conforme já ocorre em outros Institutos Federais, tendo em vista o trabalho demasiadamente extenso e rigoroso que coordena e se responsabiliza, em última análise, o presidente.